

ISBN — 85-225-0277-3

Copyright © José Carlos Reis

Direitos desta edição reservados à  
EDITORA FGV

Praia de Botafogo, 190 — 14<sup>º</sup> andar  
22253-900 — Rio de Janeiro, RJ — Brasil  
Tels.: 0800-21-7777 — 0-XX-21-2559-5543  
Fax: 0-XX-21-2559-5532  
e-mail: editora@fgv.br  
web site: www.editora.fgv.br

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei nº 5.988)

1<sup>a</sup> edição — 1999

4<sup>a</sup> edição — 2001

5<sup>a</sup> edição — 2002

6<sup>a</sup> edição — 2003

REVISÃO DE ORIGINALS: Waldivia Marchiori Portinho

EDITORACÃO ELETRÔNICA: Denilza da Silva Oliveira e Jayr Ferreira Vaz

REVISÃO: Aleidis de Beltran e Fatima Caroni

CAPA: Tira linhas studio

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca  
Mario Henrique Simonsen/FGV

Reis, José Carlos.

As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC / José Carlos Reis —  
6 ed. — Rio de Janeiro : Editora FGV, 2003

280p.

Inclui bibliografia.

1. Brasil — Historiografia. I. Fundação Getulio Vargas. II. Título.

CDD — 981

## Sumário

<b>Introdução</b>	7
<b>Parte I — O “Descobrimento do Brasil”</b>	21
Anos 1850: Varnhagen	
<i>O elogio da colonização portuguesa</i>	23
Anos 1930: Gilberto Freyre	
<i>O reelogio da colonização portuguesa</i>	51
<b>Parte II — O “Redescobrimento do Brasil”</b>	83
Anos 1900: Capistrano de Abreu	
<i>O surgimento de um povo novo: o brasileiro</i>	85
Anos 1930: Sérgio Buarque de Holanda	
<i>A superação das raízes ibéricas</i>	115
Anos 1950: Nelson Werneck Sodré	
<i>O sonho da emancipação e da autonomia nacionais</i>	145
Anos 1960: Caio Prado Jr.	
<i>A reconstrução crítica do sonho de emancipação e autonomia nacional</i>	173

PARTE II

**O "REDESCOBRIMENTO DO BRASIL"**

## **ANOS 1900: CAPISTRANO DE ABREU**

### **O surgimento de um povo novo: o brasileiro**

#### **Capistrano de Abreu, "Heródoto do Povo Brasileiro"**

João Capistrano de Abreu nasceu em Maranguape, Ceará, em 1853, no sítio de Columinjuba, que seu pai herdara de seu avô, que o havia recebido de presente de um reinol perseguido pelos ódios exacerbados do nativismo local, do qual ele então o protegera. Foi assim que a família saiu da pobreza e se tornou proprietária de um pequeno pedaço de terra. Ali, Capistrano foi criado com rigidez, severidade e austeridade, em um ambiente marcado pelo trabalho pesado e contínuo e pelo dogmatismo católico. Seu pai, depois de herdar a terra, reconstruiu a casa e se tornou um dos "homens bons", "homens de consideração", da região, pois tinha o suficiente para sustentar a família e gozar de algum prestígio social. Ele pertencia à Guarda Nacional e à burocracia provincial — tinha a patente de major. No sítio, ele plantava cana, algodão, mandioca, feijão, milho. O trabalho era feito por escravos, por agregados e pela própria família. Seu avô e pai eram homens do tipo "amansa-negro": homens de mão pesada e de alma dura. Capistrano nasceu, portanto, em uma "casa grande", modesta, mas abastecida. A casa expressava o espírito místico-escravista dominante: era cheia de imagens de santos, rosários, relíquias, escapulários, terços e orações, e um dos seus cômodos era usado como sala de disciplina, a sala do tronco, com os instrumentos de suplício para os escravos rebeldes e que, provavelmente, o rebelde Capistrano também conheceu, pois os filhos na sua época eram também amansados! Ali reinava o espírito colonizador e inquisidor dos descobridores. O sítio submergia no anonimato da vida sertaneja, isolado, embora Fortaleza não fosse tão longe. Viviam ali uma vida rotineira, silenciosa, ritmada pela natureza, pelo trabalho e pelas rezas (Câmara, 1969).

Foi neste ambiente bem pouco aristocrático que Capistrano nasceu e viveu até a juventude. Ele era psíquica e fisicamente um autêntico sertanejo, um caboclo matuto, feio, agreste, desagradável: "Um desconfiado tapuia transplantado para o meio civilizado", alguém disse. Os biógrafos descrevem a sua imagem de maneira bem desfavorável — seboso, mal vestido, sem higiene pessoal, uma figura torta, um olho pendido para o lado, uma cor encardida que o banho só piorava! Para logo desanuviarem a má impressão, referindo-se à sua personalidade brilhante e envolvente. Ao chegar, ao ser apresentado a alguém ou ao se apresentar, sua imagem causava desgosto; ao sair, seu espírito deixava encantamento. Foi assim, por exemplo, no primeiro encontro com José de Alencar, seu conterrâneo que tinha obtido grande sucesso nacional e a quem ele recorreu para introduzi-lo na Corte. Capistrano não era vaidoso e silenciava sobre si mesmo. Sabe-se que era próximo e afeiçoado aos escravos e que conhecia muitas canções africanas (Câmara, 1969).

Sua formação intelectual, considerando a sua origem modesta e rude, foi outro milagre. Foi sobretudo um autodidata, um leitor apaixonado e desordenado. Alfabetizado no próprio sítio, depois estudou em um colégio pobre de Fortaleza, o Ateneu Cearense, e no seminário. Como estudante, sempre fracassou nos exames. Talvez tivesse dificuldades psicológicas com a autoridade, associada ao pai. Seu retorno de Recife, onde passou dois anos preparando-se para entrar na Faculdade de Direito, com o apoio financeiro de seu pai, foi mais ou menos trágico: ele fracassara em Recife! Entre os 18 e 20 anos, as perspectivas de Capistrano não eram as melhores. Ele ficou no sítio, escrevendo para jornais de Fortaleza, dando aulas em colégios. Precisava de um emprego e de um salário para viver. Não era rico e não poderia mais depender do pai, sem trabalhar no sítio (Câmara, 1969).

Decidiu, então, ir para a Corte, migrar para o Rio de Janeiro, armado com uma carta de José de Alencar, apresentando-o aos jornais do Rio, e com 700 mil-réis que apurou com a venda de um escravo que herdara do avô. Em 1875, esse "nordestino feioso" desceu para um mundo desconhecido, incerto, "sozinho, sozinho". Chegou ao Rio com 21 anos. Apesar da sua resistência ao bacharelismo, tinha uma boa bagagem intelectual: lia francês e inglês, conhecia filosofia, literatura, história e geografia. Assim dizem seus biógrafos mais exaltados. E exageram: lia até sueco! (Câmara, 1969). Na Corte, precisava de um emprego. Trabalhou na Li-

varia Garnier, foi professor no Colégio Aquino, “onde tinha casa e comida”, publicou vários artigos em jornais, passou em concurso para o preenchimento de uma vaga na Biblioteca Nacional, emprego público, estável e seguro, a âncora de que ele precisava para fixar-se na Corte. Em 1883, fez o famoso concurso para professor de corografia e história do Brasil do Colégio Pedro II. Passou, ocupou a vaga, mas não ficaria muito tempo, saindo em 1899. Sua cátedra — história do Brasil! — foi extinta, incluída na história universal. Enquanto ensinou, sem carisma, teve alunos e nunca discípulos. Ao sair do colégio, sentiu-se aliviado: livrara-se de “alunos ignorantes e desatentos”. Contudo, a razão da sua saída do Colégio Pedro II permanece mal explicada. Alguma razão política? Chacon afirma que Capistrano e O. Lima, acusados de germanofilia quando da I Guerra Mundial, teriam sofrido perseguições (Chacon, 1993:92). Mas a sua saída do Pedro II foi em 1899, bem antes. Qual terá sido a verdadeira razão? Somente uma simples reforma do ensino que dissolvia uma cadeira de história do Brasil? Capistrano morreu em 1927, aos 64 anos (Câmara, 1969).

Sua biografia interessa muito, quando se conhece o lugar inovador que ele teve na historiografia brasileira. A biografia escrita por J. S. Câmara, que utilizamos até aqui, parece-nos recomendável, apesar de um excesso, talvez, de empatia, embora compreensível. Quem é, afinal, o autor de *Capítulos de história colonial*? Num mundo social marcado profundamente pela bipolarização senhor-escravo, ele não fora nem uma coisa e nem outra. Sua família era pequena proprietária de terra e produzia para o próprio sustento. A maneira como conseguiu essa terra também é curiosa, casualmente, um presente de reinol! A produção não se destinava ao mercado internacional, mas era feita também com mão-de-obra escrava e de agregados, que trabalhavam lado a lado com os membros da família proprietária. Era um mundo social “brasileiro”, voltado para dentro, sem vínculos externos diretos. A subsistência era retirada da terra, parca e modesta, à custa de um trabalho contínuo e braçal, quase sem equipamentos. O horizonte pessoal de Capistrano era prosseguir essa vida paterna e familiar, horizonte que ele recusou, contra o qual se rebelou, porém com pouca coisa ou quase nada para substituir. Refugiou-se, então, talvez, na leitura, evadiu-se, o jovem Capistrano. Criou um mundo de palavras, frases, citações confusas e em outras línguas (apelando até para o suco!), bus-

cando diferenciar-se do seu mundo, do seu passado, buscando o reconhecimento intelectual, o prestígio de homem de letras, devorador de livros, mas pouco disciplinado para enfrentar exames.

No Rio, quando não tinha mais terra e nem era mais proprietário de escravos, passado que rejeitara, ele só possuía a força física e seus olhos leitores como instrumento de trabalho. Ali, precisava sobreviver e mostrar o seu valor. Tendo rompido com aquele passado, rompeu também com o futuro previsível que ele prometia; agora, enfrentava um futuro desconhecido, que teria de produzir com os próprios recursos. Capistrano preferiu a mudança e a sua instabilidade à continuidade familiar e nordestina. Sua história pessoal se parece com a interpretação que construiu do Brasil: rebeldia e recusa do passado, opção por um futuro novo; mas qual?! O *Necrológio de Varnhagen*, escrito em 1878, três anos depois da chegada ao Rio, talvez tenha sido o grande trampolim para o futuro que ele queria realizar: repercutiu tão intensamente, dizem, que até o insuperável Machado de Assis evitou publicar o seu! Capistrano começou então a sentir o gosto da vitória e do sucesso, depois de experimentar fracassos sucessivos no Nordeste. Um horizonte novo se abria para ele e se ensolarava na Corte (Câmara, 1969).

Viverá até 1927 com os seus únicos recursos: postos públicos e a escrita concisa, precisa e inovadora. Entretanto, a sua obra é pequena e constituída de textos curtos. Contará, na verdade, mais com a renda de funcionário público, bibliotecário e professor, do que com seus escritos, que ele próprio parecia não apreciar muito. Quando terminados, dizia sentir por eles alívio e nojo (Câmara, 1969). Talvez seja este também o sentimento de um operário diante da sua obra terminada: alívio, pois deu conta de fazê-la e já podia ir para casa com o salário no bolso; nojo, pois a produzira sob pressão, dominado pela necessidade. Como um operário, um migrante nordestino, Capistrano é um homem humilde, discreto, tímido, avesso a títulos e glórias e indiferente à audácia e perícia do trabalho que realiza.

### Varnhagen e Capistrano

Quando Capistrano nasceu, em 1853, Varnhagen começava a publicar a sua *História geral do Brasil*. Capistrano será o seu leitor mais atento e crítico. Será em relação a Varnhagen que ele fará a sua gran-

de inovação na interpretação do Brasil. Essa inovação se explica não só em termos da sua origem social, que é totalmente diversa da de Varnhagen, mas também em razão da nova época intelectual vivida pelo Brasil nos anos posteriores a 1870. O desfecho da guerra franco-prussiana abalara o prestígio da cultura francesa, e os intelectuais brasileiros se abriram às influências inglesa e alemã: Spencer, Darwin, Buckle, Ranke, Ratzel. Os franceses ainda influenciavam: Comte, Taine, Tarde, Renan, G. Le Bon. Pós-1870, o ambiente intelectual brasileiro era mais complexo, refletindo também a maior complexidade da vida brasileira, que se inquietava depois do fim da Guerra do Paraguai. Varnhagen escrevera quando a Monarquia se consolidava nos anos 1850; Capistrano construirá a sua interpretação do Brasil quando a Monarquia estava abalada, em xeque, assim como a escravidão, e se buscavam novas bases econômicas, sociais, políticas e mentais para o Brasil (Wehling, 1994).

Os intelectuais brasileiros do final do século XIX começaram a perceber a distância entre a realidade brasileira e o pensamento que eles próprios produziam. Silvio Romero criticava o ambiente intelectual brasileiro, vazio e banal, e aspirava a ter contato com o verdadeiro Brasil. Havia um esforço de todos para encarar de forma nova o passado brasileiro. Tinham, agora, uma preocupação "cientificista". Comte, Buckle, Darwin, Spencer serão as referências intelectuais predominantes (Ortiz, 1985). A preocupação científicista de Capistrano era a de toda uma nova geração. No pós-Guerra do Paraguai, essa geração quer reinterpretar a história brasileira, privilegiando não mais o Estado imperial, como Varnhagen, mas o povo e a sua constituição étnica. A formação intelectual de Capistrano se deu nesse ambiente determinista, científicista, até racista. Discutia-se, então, o positivismo, o determinismo climático, o determinismo biológico, o spencerismo, o comtismo, o darwinismo, as teorias raciais. Pensava-se que a sociedade poderia ser estudada com a mesma objetividade com que se estudava a natureza, pois também se submetia a leis gerais de desenvolvimento. A história seria como o universo: um mecanismo auto-regulado, submetido a leis, passível de um conhecimento objetivo. A ciência passava de método a visão de mundo, desvalorizando as verdades trazidas pela tradição, pela religião, pela filosofia. Euclides da Cunha, O. Vianna, Silvio Romero, Tobias Barreto, enfim, a geração de Capistrano de Abreu, discutia darwinismo so-

cial, luta pela vida, seleção das espécies e defendia um conhecimento antimetafísico, empírico, histórico (Chacon, 1977; Wehling, 1994).

No entanto, havia posições heterodoxas. Tobias Barreto, por exemplo, opunha-se ao cientificismo predominante opondo-lhe o historicismo neokantista alemão. Quando se trata do homem e da sociedade, sustentava ele, há sempre um "resto" que a mecânica não explica; aliás, esse resto mecanicamente inexplicável é quase tudo quando se trata do homem. O que há, então, é um "todo inexplicável". Naquele ambiente spenceriano, Tobias Barreto já era um culturalista, um pioneiro historicista. Não há leis para a história humana.

O pensamento brasileiro do final do século XIX, portanto, estava dividido. A Escola de Recife mantinha a distinção entre natureza e cultura, resistia ao cientificismo sociológico. Este dominava a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a Escola de Minas de Ouro Preto, o Colégio Pedro II, a Escola Normal, o Colégio e a Escola Militares, a Escola Naval, as Faculdades de Medicina e Direito, que formavam os profissionais liberais, políticos, intelectuais, empresários, impregnados de Comte, Spencer e Darwin (Chacon, 1977; Wehling, 1994).

### **Capistrano: Positivista ou Rankiano?**

O pensamento de Capistrano revela essa divisão e confusão da discussão intelectual no Brasil no final do século XIX. Qual era a sua tendência: mais positivista ou mais historicista? P. M. Campos afirma que Taine, Buckle e Comte foram importantes na sua formação. Chacon o considera um dos numerosos adeptos de Spencer da época (Chacon, 1977). Entretanto, se a Escola de Recife era mais historicista, fica um pouco difícil perceber a sua formação positivista em Recife. Talvez, quando foi para o Rio de Janeiro, ele tenha tido um maior contato com os autores positivistas ingleses e franceses no Colégio Pedro II e ali, também, tenha sofrido a doutrinação dos debates positivistas. Os analistas de Capistrano arrolados a seguir dizem mais ou menos o mesmo (Campos, 1983).

Para Ricardo Benzaquen, ele sempre se interessou teoricamente pelos sociólogos franceses, ingleses e alemães. A perspectiva sociológica influenciou-o, e ele lamenta que Varnhagen não a tivesse empregado ao não procurar leis na história do Brasil. No *Necrológio...*, em 1878,

já no Rio de Janeiro, reafirmou a sua crença na possibilidade de se encontrarem leis para a história do Brasil. Esperava um Spencer ou um Buckle da história do Brasil. A sua obra é um ponto de referência da recepção da concepção moderna de história, com o seu ideal objetivista de verdade, apoiada em documentos inéditos, testemunhas oculares, autores identificados das fontes. Para ele, o distanciamento do historiador deve se dar quando manipula as fontes; em um segundo momento, quando as interpreta, o quadro teórico das ciências sociais orientará a pesquisa com suas leis e teorias (Araújo, 1988).

P. M. Campos afirma que ele se interessou por tudo o que saiu da Europa, em particular pela bibliografia alemã, assim como por economia política, história da América e de Portugal, psicologia, que ele considerava indispensável ao historiador, e geografia. A influência alemã levou-o ao estudo rigoroso dos documentos — Capistrano quer também narrar o que de fato aconteceu. Defendeu o realismo histórico alemão. Entretanto, esteve embebido pelas influências diversas, não somente alemãs. Aquelas características da sua obra — estrita observação das fontes e pesquisa das relações do homem com o meio geográfico —, se partiram da Alemanha, já pertenciam a todo o Ocidente. Sua obra, afirma Campos, não permite uma avaliação do grau de influências recebidas. Foram publicadas como artigos, esparsamente, e seus livros não possuem prefácios. Só em sua correspondência se pode conhecer o que lia. Essa correspondência, aliás, é um valioso material para a história das idéias no Brasil do final do século XIX e início do XX. Nela, Campos não percebeu nem preconceito, nem exclusivismo cultural. Capistrano nunca teria proposto uma explicação unilateral da história, mas sempre percebeu a interdependência das diversas instâncias sociais (Campos, 1983).

Para A. Canabrava, tal como em Varnhagen, a exegese documental, que ocupou muito do seu tempo, parece inspirar-se em Ranke. Os dois se encontram na preocupação fundamental pelo documento, pela busca da autenticidade, pela verdade das fontes, pelo esforço de análise objetiva. Entretanto, diferente de Varnhagen, que não se interessou por teoria, Capistrano, que nunca saiu do Brasil, tinha grande interesse pelas correntes do pensamento europeu no campo das ciências sociais. Canabrava afirma ter encontrado em sua correspondência muitas referências a diversos teóricos europeus: Taine, Buckle, Comte, Ratzel, Spencer, Sombart, Ranke. Capistrano lia estudos empíricos e ensaios teóricos so-

bre assuntos variados. Interessou-se tanto pela história do clima e da Rússia como pela história do Brasil. Foi um dos pioneiros da geografia humana. Entretanto, conclui Canabrava, era teoricamente confuso: não dominava vários conceitos que ao seu tempo as ciências sociais tinham formulado. Faltou-lhe uma problemática consistente, que desse ao seu pensamento uma diretriz fundamental de interpretação; faltou-lhe, enfim, unidade teórica. Ele apenas aflorou os grandes temas das ciências sociais, sem dominá-los (Canabrava, 1971).

Para Wehling, a influência cientificista é determinante na obra de Capistrano entre 1874 e 1880. A sua biografia intelectual começa no Ceará, no círculo positivista formado por Rocha Lima, Araripe Jr. e Tomás Pompeu Filho, entre outros. O grupo atuava no sentido da educação do proletariado, na linha comtista. Escreviam em francês, faziam conferências na escola popular que fundaram. Capistrano escrevia artigos e pronunciava conferências sobre as influências positivistas de Spencer, Buckle, Comte e Taine. Entre 1874 e 1883, enfim, Capistrano rezava a cartilha cientificista: unidade do real, busca de leis deterministas, evolucionismo, cognoscibilidade e objetividade do conhecimento social, unidade epistemológica das ciências sociais (Wehling, 1994).

Entretanto, Wehling considera que esse interesse pelas idéias positivistas se restringiu a uma fase inicial de sua formação. Depois, com o aprendizado do alemão, ele teria passado do positivismo ao realismo histórico rankiano. Optou pela pesquisa documental e pelo método crítico alemão, que, aliás, ainda hoje é chamado impropriamente de "positivista", por causa da influência da escola dos *Annales*. (Reis, 1996). Houve uma reviravolta em seu pensamento, cuja data não é fixável. A influência alemã o retirou do positivismo e o levou à hermenêutica. Mas afirma Wehling, não foram leituras teóricas que o retiraram do cientificismo, como quer J. H. Rodrigues. Para Wehling, foi o estudo de documentos, o primado do objeto, que converteu Capistrano do cientificismo à ciência. A rebeldia das fontes diante dos esquemas interpretativos fez com que ele os restringisse a hipóteses de trabalho. O real era reconstruído a partir de sugestões científicas que conduziam ao levantamento dos fatos. A composição e a interpretação desses fatos obedecem à lógica da situação histórica. Capistrano tinha pouco interesse por problemas teóricos e metodológicos da história. Na sua fase científica, ele utilizou leituras européias como sugestões temáticas, como hipóteses de trabalho.

O seu interesse teórico, na fase cientificista, não teve conseqüências para a pesquisa que realizou e repercutiu na fase posterior. Portanto, para Wehling, a resposta à questão sobre a orientação teórica de Capistrano é clara: ele passou por duas fases: uma primeira cientificista, franco-inglesa, e outra científica, alemã, rankiana. As suas grandes obras são da segunda fase.

Rodrigues considera que Capistrano fez uma reviravolta na historiografia brasileira por sua posição teórica atualizada, seu conhecimento incommum dos fatos, seu novo ideal de história do Brasil. Os seus artigos de 1879 revelaram a influência positivista, não só na investigação como na interpretação dos fatos da história do Brasil. Ele era amigo de Teixeira Mendes e Miguel Lemos, apóstolos comitistas no Rio de Janeiro. Mas o convívio com autores alemães o faz ir à procura das realidades, segundo ideais não-positivistas. Em suas obras mais importantes ele não deduz e generaliza tão facilmente. Rodrigues precede Wehling em sua leitura da reviravolta no pensamento de Capistrano. Sob as influências de Ranke, Niebhur e Humboldt, ele passará a dar ênfase aos documentos, à sua crítica e interpretação, sem buscar leis, mas a compreensão. Entretanto, apesar da influência alemã, sobrevive uma certa influência de Spencer. Mas o positivismo, ele passará a considerá-lo como uma camisa-de-força, e a influência alemã será cada vez maior: Ranke e Ratzel. Ele recusa os determinismos geográfico, climático e racial, bem como o evolucionismo. Historicista, percebe que a vida em seu mistério pede um tratamento diferenciado da natureza. Seus estudos sobre a história íntima, festejos, família, procurando a diferença, a individualidade, as significações, o afastam do que é típico, regular, constante. A ação humana não se submete a regras e leis gerais (Rodrigues, 1963 e 1965).

Deixando o positivismo, passou a se interessar pelo método crítico que, mais uma vez, desde a Escola dos *Annales*, é visto inadequadamente como a marca da história positivista (Reis, 1996). Mesmo se Spencer é forte, e o será até os anos 1930, até G. Freyre, a influência alemã é que fundamentará as obras mais relevantes de Capistrano. Historicista e não positivista, o segundo Capistrano quer captar a interioridade dos testemunhos. A história não é só fato, é emoção, sentimento e pensamento dos que viveram. Mas, se apreciava a metodologia de Ranke, não seria capaz de se apagar para narrar os fatos tal como se passaram. Rodrigues o considera a mais lúcida consciência da história

do Brasil: ele recriou o passado brasileiro, enfrentando os seus males, superando-os, reabrindo o futuro do Brasil (Rodrigues, 1963 e 1965).

Odália o vê como exemplar de uma interpretação do Brasil que, por um lado, privilegia o indígena, por outro, é mais um historiador brasileiro que importa teorias européias e se dilacera para atender a essas teorias que condenavam o Brasil a um triste destino e para que este destino não se realizasse. Por um ato de vontade e de contorcionismo teórico, nega-se o destino prefixado pelos cientificistas europeus, que afirmam a impossibilidade de uma nação civilizada nos trópicos e ainda por cima miscigenada (Odália, 1976). Capistrano, no entanto, será diferente da sua geração. Ele reabrirá o futuro do Brasil, vencerá o pessimismo existente entre os intelectuais brasileiros, que olhavam o Brasil com as teorias deterministas européias e nele não viam o que elas valorizavam, embora ele também, em uma primeira fase, tivesse se impregnado de tais teorias e feito também algum contorcionismo teórico. Finalmente, ele optou pela teoria também européia que valoriza a singularidade, a historicidade de cada povo, e formulou uma nova interpretação do Brasil que enfatizará o tempo histórico especificamente brasileiro.

Há atualmente uma tendência de se rever a sua posição pioneira na historiografia brasileira. Alguns críticos reavaliam sua obra e consideram que teria havido em relação a ela uma sobrevalorização equivocada. Para Laura de Mello e Souza, Capistrano não teria sido tão renovador e fecundo como afirma a crítica historiográfica mais tradicional, representada sobretudo por J. H. Rodrigues. Era sem dúvida um erudito, um desbravador, com alguns momentos iluminados, revelou novas fontes e fez uma leitura inovadora da história brasileira. Mas, “tudo o que ele fez foi de raspão... inacabado... uma promessa não cumprida... Eu ousaria dizer que Capistrano é um dos grandes mitos da historiografia brasileira” (Souza, 1998:11-21). Segundo ela, mais importante para a redescoberta do Brasil teria sido a obra de Alcântara Machado *Vida e morte do bandeirante*, uma obra realmente inovadora, que já trabalhava com inventários e testamentos e que tratou do sertão melhor do que Capistrano. E é uma obra genial, apesar de obscura e injustamente desconhecida. Mas os críticos da posição de Capistrano na historiografia brasileira fazem tais afirmações receosos, conscientes de que estão cometendo algum tipo de heresia. Sempre acrescentam “e que fulano não me ouça afirmar isso!...” Sabem que é uma avaliação polêmi-

ca, não consensual. Nossa posição é a da abertura a todas as avaliações e reavaliações. Toda reavaliação crítica é fecunda, pois possibilita o reexame e a rediscussão das obras clássicas. Essa reavaliação da obra de Capistrano não é um despropósito, um equívoco delirante. Ela faz pensar... Teria havido algo de realmente inovador em Capistrano? Qual teria sido a sua verdadeira contribuição à historiografia brasileira? Retomemos a sua obra *Capítulos de história colonial*... Neste capítulo, a nossa intenção é relê-lo, reavaliá-lo e redescobri-lo.

### A "Redescoberta do Brasil"

Capistrano será um dos iniciadores da corrente do pensamento histórico brasileiro que "redescobrirá o Brasil", valorizando o seu povo, as suas lutas, os seus costumes, a miscigenação, o clima tropical e a natureza brasileira. Atribuirá a este povo a condição de sujeito da sua própria história, que não deveria vir mais nem de cima e nem de fora, mas dele próprio. O futuro do Brasil torna-se tarefa do povo brasileiro e, para melhor vislumbrá-lo, Capistrano recupera o passado deste povo em suas lutas e vitórias. Capistrano foi pioneiro na procura das identidades do povo brasileiro, contra o português e o Estado imperial e as elites luso-brasileiras.

Seu papel na história do Brasil, a significação da sua obra, os caminhos novos que apontou, os seus ideais e conceitos e sua contribuição à história colonial podem ser avaliados nos *Capítulos de história colonial*. Ele não fez uma história exclusivamente político-administrativa ou biográfica, mas procurou apreender a vida humana na multilateralidade de seus aspectos fundamentais. Sua visão da história não atribui predominância a um fator sobre outros; ele a vê como um conjunto complexo de fenômenos humanos. Para ele, como historicista, o historiador deve recriar a vida integralmente, realizar uma compreensão total e criadora do curso histórico. O conceito de "cultura" substitui o de "raça" e, nesse aspecto, ele é precursor de G. Freyre, assim como de S. B. de Holanda. Ele valoriza a presença indígena e pensa um Brasil mais mameluco do que mulato, mais sertanejo do que litorâneo. Nos *Capítulos de história colonial*, aparecem os caminhos que levam ao sertão e o próprio sertão brasileiro. Adentrando o Brasil, o colonizador se alterou e se tornou uma personalidade distintamente brasileira. Vivendo no interior do

Brasil, ilhado e sem vínculos contínuos com o litoral, convivendo com os indígenas e a natureza brasileira, foi-se constituindo um homem novo, até então inexistente no mundo: a história universal ganhava um novo personagem, o brasileiro. Mas, enfatizando o sertanejo, ele não perde de vista o nacional, a unidade brasileira em suas diferenças regionais. Ele não faz ainda uma história econômico-social, mas já trata do homem comum, sobretudo nos capítulos finais do seu *Capítulos de história colonial*. Seu grande tema foi o da ocupação do território, a sua conquista pelo novo povo brasileiro.

O seu *Capítulos de história colonial*, publicado em 1907, é uma nova história do Brasil, embora muito parecida com Capistrano fisicamente: modesta, magra, quase silenciosa. Porém, ao mesmo tempo, extremamente eloqüente. É uma síntese que reúne muitos fatos esparsos, encadeados em uma perspectiva inovadora. Varnhagen escreveu uma obra de síntese também parecida com ele próprio, isto é, em cinco volumes! Mas, como síntese, isto é, como apreensão da totalidade, como integração da multiplicidade, sua obra é menos reveladora do que a de Capistrano. Este escreveu uma obra magra, "a grandes traços e largas malhas", contra os "quadros de ferro" de Varnhagen. Seu interlocutor era Varnhagen, a quem ele admirava e se opunha. Capistrano escreveu o seu livro em um ano. Seus analistas o consideram uma pequena obra-prima da historiografia brasileira, por sua linguagem simples, por sua compreensão intuitiva da história do Brasil em seus fatos e em seu conjunto, pela documentação segura e numerosa, "por seu interesse pelo povo durante séculos capado e recapado, sangrado e ressangrado", como afirma Rodrigues. Ele pretendeu ensinar ao povo brasileiro o seu segredo, ensinar-lhe a sua história pátria, numa época em que a história nacional era desprezada. A sua cadeira de história do Brasil foi até extinta e ele posto em disponibilidade! Enquanto a história de Varnhagen era uma conversa entre eruditos, Capistrano divulgou com simplicidade o conhecimento da história do Brasil, mais econômico-social do que política, liberta de datas, nomes e eventos oficiais.

O *Capítulos...* é uma história da luta dos brasileiros pela independência, contra vice-reis e governadores que os sufocavam. Capistrano foi um homem de síntese, uma síntese precedida de longas investigações. Sua síntese toca em todos os pontos mais relevantes da vida brasileira, é a mais viva e condensada história colonial do Brasil. Tendo como perso-

nagem central o povo, nela o indígena ganha um papel importante na formação do Brasil. Para Capistrano, o que houve de diverso entre o brasileiro e o europeu deveu-se ao clima e ao indígena. O brasileiro é o europeu que sofreu um processo de diferenciação graças ao clima e à miscigenação com o índio. Interessa-lhe conhecer o que este povo sente e aspira. Faz uma história social e econômica do povo, sua vida, alimentação, tipos étnicos, condições geográficas, os caminhos, povoamentos, modos de viver, formas psicológicas, profissões, divertimentos, costumes, crenças, diferenças sociais, comércio, vida urbana e rural... Sobretudo, ele identifica este povo, que no período colonial e mesmo imperial não sabe bem o que é, o que faz e deveria fazer. Ele revela o processo de constituição da diferença entre o projeto colonizador e o novo interesse e sentimento que se formaram gradualmente, o interesse e sentimento "brasileiros". Varnhagen fez o elogio da vitória dos portugueses, defendeu os interesses e os sentimentos lusitanos no Brasil e não via com bons olhos a diferença que volta e meia explodia entre esses valores e poder europeus e os autóctones. Capistrano escreverá uma "outra história do Brasil": antiportuguesa, anti-reinol, antieuropéia, anti-Estado Imperial, anti-político-administrativa. Ele ecoará as vozes de Antonil e dos rebeldes de todo o período colonial. Redescobrimo o Brasil, Capistrano fará o elogio da rebelião brasileira.

### **A Obra: *Capítulos de História Colonial***

*Capítulos de história colonial* começa com dois capítulos estáticos, ou seja, capítulos que apenas oferecem os dados da história que ele vai narrar e interpretar. No primeiro capítulo, intitulado "Antecedentes indígenas", Capistrano realiza uma descrição geográfica do Brasil, o palco sobre o qual se desenrolará a história que vai narrar a partir do terceiro capítulo. Começa pelos dados iniciais, os mais elementares: é preciso situar o Brasil, onde fica, limites a leste, oeste, norte e sul, as suas dimensões. Faz considerações sobre o relevo, os acidentes e singularidades geográficos, realizando uma espécie de mapeamento do território. Como alguém que olha em volta identificando onde está e o que possui. Em sua "Corografia do Brasil" aparecem as serras, baías, baixadas, rios, climas, florestas, fauna, com uma avaliação sobre cada serra, cada rio, cada floresta, cada animal...

Habitando esse território, há o indígena, também descrito em seus hábitos, comportamentos, atividades, técnicas, guerras, vida sexual, trabalho, educação, religiosidade, artes, lendas, língua. E também com avaliações: o indígena domestica somente animais de estimação e não para o uso na vida cotidiana; possui uma agricultura incipiente; depende do trabalho das mulheres, consideradas inferiores ao homem; é nômade; antropófago; tem os sentidos apurados; cultua os antepassados. Os indígenas têm uma língua comum e vivem, infelizmente, dispersos, porque o meio dispensa e impede a cooperação. A natureza e os índios são, portanto, os temas dos "Antecedentes indígenas", primeiro capítulo da história colonial brasileira. Capistrano faz uma descrição geográfica do Brasil e uma apresentação dos seus primitivos moradores. Esses são os dados iniciais da história do Brasil, que foram encontrados aqui. A esses dois dados, Capistrano acrescentará outros dois que não eram aqui, mas aqui vieram parar: o europeu e o africano. A esses dois ele denominará elementos exóticos, os "alienígenas", que serão os temas do segundo capítulo.

Nesses dois primeiros capítulos, ao apresentar os dados iniciais da história do Brasil — o palco natural e os personagens que atuarão sobre ele, indígenas e alienígenas —, Capistrano se aproxima de Varnhagen na descrição do primeiro Brasil, e Varnhagen é até mais informativo, minucioso. Capistrano diferencia-se de Varnhagen na perspectiva que terá de tais dados. Para Capistrano, alienígenas, exóticos são os europeus e africanos, e não o indígena e a terra do Brasil. Para vê-los assim, ele se coloca no ponto de vista do indígena e da terra do Brasil, que vêem chegar novos e desconhecidos elementos. Ele olha da praia para o oceano cheio de caravelas, enquanto Varnhagen olhava da caravela de Cabral para a praia, e via uma terra exótica povoada por alienígenas. No segundo capítulo, portanto, ele faz ainda uma descrição estática, isto é, neles próprios, dos fatores exóticos que desembarcaram no Brasil.

Descreve então a situação de Portugal no século XVI, a sua transição conciliada da Idade Média para Moderna: a Igreja, com poder mais limitado, mas ainda influente; as relações entre o Estado português e Igreja, seus atritos e proteções recíprocas, a sociedade secular emergente que luta para limitar os poderes da sociedade religiosa ainda dominante. Descreve a hierarquia social portuguesa do século XVI: o rei, a quem tudo pertencia e que tudo podia; abaixo dele, a nobreza, com seu poder agora limitado pela centralização do poder real, e o clero; abaixo, o povo, a

grande massa, sem direitos pessoais, sem grande importância; abaixo ainda, os servos, escravos, que podiam passar à categoria superior, pois as classes não eram castas. A nobreza, o clero e o povo constituíam as cortes, que o rei absoluto desdenhava e só convocava quando precisava aumentar os impostos. A população portuguesa em 1527 era de mais ou menos 1.122.112 almas. E ele formula a questão que a todos espanta: como esse pessoal exíguo, que nem enchia Portugal direito, pôde povoar o mundo?! Capistrano antecipa-se a G. Freyre e a S. B. de Holanda na descrição do carácter português: fragueiro, abstêmio, imaginação ardente, místico, independente, antidisciplinar, não-convencional, de fala livre, sem eufemismos, o coração duro. Matava por quase nada e cuidava pessoalmente da defesa da sua propriedade. Suportava melhor a dor física do que a dor moral; o ser fisicamente forte era valorizado. Capistrano antecipa também aqueles dois autores dos anos 1930 na resposta àquela questão: por ser assim, só esse povo foi capaz de se misturar com outras etnias e culturas. O português é o primeiro elemento exótico, o primeiro imigrante, o invasor conquistador e colonizador.

O segundo elemento exótico é o negro. Ao português estranho ao continente juntou-se o negro, também alienígena. A importação deles começou cedo. Eram robustos, resistentes, e substituíram o índio no trabalho rude. Tinham uma índole carinhosa, sobretudo os domésticos. O negro trouxe alegria, ao lado do português taciturno e sornbático. Suas danças lascivas, suas feitiçarias e crenças propagaram-se entre os brancos. Mulatas tornaram-se rainhas. Em relação ao negro, Capistrano é menos estático — não se refere a eles somente no século XVI, ao estado em que se encontravam ao chegar. Tampouco se refere aos negros na África, como aos portugueses em Portugal. Já no segundo capítulo, fala deles indo do século XVI até o século XIX — 1850 e a abolição — muito brevemente. Mas o espírito é o mesmo, o de uma apresentação do personagem negro e do papel que ele terá na história do Brasil. Talvez menos estático em sua apresentação do negro porque ao longo da obra será muito reticente, quase silencioso sobre ele. Na apresentação já esgotou tudo o que queria dizer sobre o negro. Este entrará em sua história em rápidos momentos, sem qualquer peso histórico. Vai interessar-se mais pelas relações entre brancos e índios e pelo seu mestiço, o mameluco sertanejo.

Finalmente, no terceiro capítulo, intitulado “Os descobridores”, os elementos anteriormente estáticos se animam: o português chega

àquela geografia e encontra aquele índio. Por que os portugueses vieram parar no Brasil? Esta é a primeira questão posta por aquele que deseja compreender a história desenrolada no Brasil. Os portugueses vieram porque: a posição geográfica de Portugal destinava-os à vida marítima; queriam encontrar o imperador-sacerdote Preste-João, para tê-lo como aliado na luta contra os infiéis; as especiarias orientais davam altos lucros no mercado europeu. Com essas motivações — geográfica, religiosa, militar e comercial — os portugueses atiraram-se ao oceano ao longo da África procurando um caminho marítimo para as Índias, que os levasse a obter os produtos diretamente, evitando as rotas comerciais controladas pelos inimigos infiéis. As teorias cosmográficas eram limitadas na época. O périplo africano era tido como impossível, e a via ocidental também. Contra as autoridades e evidências, portugueses e espanhóis tentaram a via meridional africana e a via ocidental. Os portugueses chegaram às Índias e ao Brasil, e os espanhóis à América. Os espanhóis, aliás, estiveram no Brasil antes dos portugueses, mas sua presença aqui não teve conseqüências.

Interessa-nos, portanto, afirma Capistrano, Cabral e os portugueses já que o Brasil se tornou lusitano. A presença espanhola inicial foi irrelevante para a história do Brasil. Descreve então varnhagenianamente a aventura de Cabral: partiu em 1500, com 13 caravelas, chegou no dia 21 de abril. Foram dias e espetáculos extraordinários. Celebraram uma missa, hastearam uma cruz. Caminha escreveu a sua famosa carta. Vieram, depois, novas expedições para explorar a Ilha de Vera Cruz. Os naturais aparecem sob nova luz: selvagens, rancorosos, antropófagos, material mais de escravatura do que de conversão! Capistrano põe-se no lugar do português que chega, procura sentir suas expectativas e medos. Mas não permanece nesse lugar, ele o ocupará às vezes para melhor compreender a sua ação. Com a exploração do pau-brasil, a terra passou a se chamar Brasil. Havia outros nomes concorrentes: Terra dos Papagaios, Ilha de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz. O comércio de pau-brasil levou à fundação de feitorias. O Pacífico foi descoberto, ou seja, visto pela primeira vez pelo europeu, em 1520. E Colombo chegou finalmente às Índias. Nesse primeiro Brasil, o que havia era o pau homônimo, papagaios, escravos e mestiçagem. As Índias queriam a mestiçagem, pois desejavam filhos da “raça superior”. Só o pai conta para a descendência indígena. E os presentes dos brancos, e talvez esta seja a verdadeira razão do interesse das Índias pelos

brancos, eram irresistíveis: anzóis, pentes, facas, tesouras, espelhos. Quanto aos portugueses, não tinham outra escolha a não ser a Índia, pois branca não havia. Os primeiros colonos do Brasil eram degredados, desertores, náufragos. Uns se tornaram índios, outros os combateram, outros se indianizaram sem perder a identidade européia.

Assim Capistrano descreve a chegada dos portugueses ao Brasil: à Varnhagen, fotografou os fatos mais miúdos, descrevendo-os detalhadamente. Junto com eles, outros personagens exóticos e alienígenas chegaram: franceses, holandeses, ingleses, que ameaçarão a “descoberta portuguesa”. Portugal argumentava que a terra era sua por decisão papal. Entretanto, a presença dos outros alienígenas representava uma concorrência séria: eles vendiam os mesmos produtos e mais baratos na Europa e incitavam os índios contra os portugueses. Os tupinambás se aliaram aos franceses. Durante décadas não se soube se o Brasil pertenceria aos portugueses ou aos franceses. As armadas guarda-costas eram caras e ineficientes. Conversas, diálogos, embaixadas e tratados não adiantavam. Só restava uma solução para afastar os outros invasores: ocupar a terra. Em 1531, Martim Afonso de Sousa veio fazer duas coisas: povoar e guardar o litoral. Fundou a primeira cidade, São Vicente, e uma segunda, Piratininga.

Pressionados, os portugueses tiveram de agir rapidamente: criaram um sistema monumental de capitânias hereditárias, estimularam a emigração para o Brasil. A alta nobreza não aceitou o empreendimento, que ficou com a pequena nobreza. O rei cedeu parte do seu poder aos donatários. Estes ficaram fortalecidos para enfrentar o estrangeiro e o sesmeiro. A história do Brasil no século XVI se passou em trechos exíguos de Pernambuco, Bahia, São Paulo, bem próximos do litoral. A energia dos donatários continha a turbulência dos colonos. Surgiram canaviais e engenhos, lavouras de mantimentos, pescava-se fartamente na costa. Entretanto, se o sistema de capitânias hereditárias protegia, ocupava e povoava a costa com a miscigenação, ele levou alguns donatários à falência. Além disso, cada capitania era soberana, estrangeira uma em relação à outra. Não havia uma ação coletiva, mas concorrência. Os crimes cometidos em uma capitania não eram punidos em outra. Havia uma anarquia intercapitânica, além da anarquia intracapitânica. O rei decidiu criar uma capitania real e enviou um representante seu. Estabeleceu-se em 1549 um governo central para o Brasil, forte o bastante para garantir a ordem interna. Vieram os primeiros jesuítas, que

depois dariam tanto trabalho. A preocupação, já no século XVI, era com a unidade da colônia, que o sistema de capitânias ameaçava. O regime de Capitânias e Governo Geral significou o início da vitória portuguesa. O Brasil seria português, tudo indicava. Entre 1580 e 1640, o trono português esteve sob o domínio espanhol, por razões dinásticas. Mas o domínio espanhol não comprometeu a vitória portuguesa no Brasil. Pelo contrário, favoreceu-a. Com o apoio espanhol, os portugueses ocuparam a Amazônia e expulsaram franceses e holandeses do Norte e Nordeste do Brasil.

Capistrano faz então um primeiro balanço dessa história, chegando ao final do século XVI. Nessa época, o povo era constituído por três raças vindas de continentes diferentes e seus respectivos mestiços. Eram desafetos. Tanto entre elas quanto entre os mestiços entre si. O negro ladino e crioulo desprezava o boçal; o índio catequizado, o nu; o reinol, o mazombo. Forças dissolventes, centrífugas, dominavam a sociedade colonial do século XVI. Só havia a percepção da diferença e não a da unidade. Esta era garantida à força pelos portugueses que ocupavam, povoavam, miscigenavam e expulsavam. Os índios os temiam, ao mesmo tempo que eram fascinados pelos portugueses, seus equipamentos de caça, pesca, guerra, vestuário e objetos coloridos e brilhantes. Mas faziam-lhes guerra. Os negros, dominados, oprimidos, escravizados e estrangeiros, viviam sob a hostilidade constante do português. Hostilidade, talvez, atenuada pela solidão do branco, que o forçava a aproximar-se das negras, assim como das índias. Os índios fugiam para a floresta, os negros chegavam algemados e humilhados. Os brancos, armados de espadas e terços, humilhavam, ofendiam, estupravam, escravizavam e exterminavam índios, negros e mestiços de uns e outros, além de expulsar brancos de outras nacionalidades e religiões. Poderia sair uma nação daí? Haveria alguma possibilidade de unificação de interesses e sentimentos tão diferentes, de mentalidades separadas por um abismo, abismo aprofundado progressivamente pela escravidão e pela guerra? Capistrano oferece uma resposta otimista: devagar, ele afirma, ao longo do século XVII, essa dispersão geral foi cedendo lugar a uma possível união brasileira.

Para a constituição da unidade do povo brasileiro, as guerras holandesas, entre 1624 e 1654, foram decisivas. Depois delas, a história universal possuía um novo personagem, um povo novo. Os holandeses foram obrigados a invadir o Brasil porque, antes da anexação do trono português ao espanhol, em 1580, eram eles distribuidores dos

produtos exóticos portugueses na Europa. Mas, inimigos da Espanha, após 1580 eles foram impedidos de realizar esse comércio. Decidiram, então, vir buscar os produtos diretamente no Brasil. Quem sabe, poderiam encontrar um jeito de chegar por via terrestre até o Peru, isto é, às riquezas espanholas. Os holandeses atuavam através de duas companhias de comércio: a das Índias Orientais, que explorava o Oriente em detrimento dos interesses luso-espanhóis, e a das Índias Ocidentais fundada em 1621, nessa circunstância da União Ibérica, para explorar a África, os Estados Unidos, as Antilhas e o Brasil. Para obter diretamente os produtos brasileiros, essa companhia "invadiu" o território colonial ibérico. Capistrano descreve os avanços e recuos da guerra contra os holandeses à Varnhagen: detalhadamente, com o ritmo de um contemporâneo, de uma testemunha ocular. Entretanto, após 1640, com a separação dos troncos português e espanhol, os holandeses, já instalados em Pernambuco, permaneceram. Começou, então, o irredentismo brasileiro, que exigiu a unificação das forças até então divergentes. Um forte elemento de união foi a fé católica contra o herege. O catolicismo nativo se exacerbou. O ataque aos holandeses se fez em nome de Cristo. Índios, negros e mestiços diversos participaram vivamente da luta. As vitórias luso-brasileiras se sucederam. Os portugueses, que havia muito estavam tendo prejuízo no Oriente, finalmente "optaram pelo Brasil" e enviaram reforços. Os *patriotas*, expressão de Capistrano, *aceitaram os reforços portugueses* (p. 118).

Para ele, a vitória contra os holandeses só foi portuguesa sob alguns aspectos. Na verdade, entre 1621 e 1654, quando Portugal optava pelo Brasil e o defendia mais vigorosamente dos ataques estrangeiros, começava a perder o controle sobre o Brasil. Um século e meio depois do seu descobrimento, o Brasil era "redescoberto" por sua nova população. Surgia o "brasileiro", depois de 1654. Essa guerra e esta vitória serviram para revelá-lo a si mesmo. Havia um sentimento patriótico não-português, original, novo, brasileiro. Vencia o espírito nacional. Reinóis, mazombos, índios, negros, mamelucos, mulatos, curibocas, mestiços de todos os matizes combateram pela divina liberdade. Sob a pressão externa e apoiada na fé católica, operou-se uma solda superficial, imperfeita, mas um princípio de solda entre os diversos elementos étnicos vencedores dos flamengos. Os combatentes de Pernambuco sentiam-se um povo, e um povo vencedor, que já possuía os seus próprios heróis (p. 119). Passado o primeiro momento, os reinóis tentarão reassumir a

sua atitude de superioridade e proteção. Entretanto, data de meados do século XVII a irreparável e irreprimível separação entre pernambucanos (brasileiros) e portugueses.

Portanto, se o século XVI terminara com uma tendência à dispersão e à fragmentação, o século XVII terminou com uma tendência da população nativa não só à integração como à formação de uma nação independente. A vitória contra os holandeses foi para os portugueses uma vitória de Pirro: ganharam, mas começaram a perder tudo. Se os portugueses tinham conquistado o litoral, os novos brasileiros conquistarão o sertão. Os portugueses continuaram a viver no litoral e a controlar a vida ali; os brasileiros adentraram o território conquistando-o, ocupando-o, povoando-o. *Capítulos de história colonial* pode ser dividido em duas partes: até as guerras flamengas, oitavo capítulo, Capistrano faz uma história do descobrimento do Brasil de tipo varnhageniano; depois, passa a fazer um novo tipo de história do Brasil. Não só mudou o sujeito da história do Brasil. Com a mudança do sujeito, mudaram os temas, alterou-se o objeto e até mesmo a forma da história. Até ali estávamos ainda na velha história político-administrativa metropolitana do descobrimento do Brasil. Aqueles dados apresentados daquela forma já estavam em Varnhagen. A primeira parte dos *Capítulos de história colonial* é quase uma síntese de Varnhagen, embora o olhar não fosse mais da caravela sobre o litoral, mas da praia em direção à frota. Essa diferença na direção e posição do olhar, presente na primeira parte, liga esta à segunda, impedindo que entre ambas haja uma ruptura. O que não estava em Varnhagen e marca a originalidade de Capistrano é a percepção do surgimento do novo povo e a adesão ao seu sentimento e interesse, ao seu projeto político. Tal percepção foi possível porque, desde as primeiras páginas do livro, seu olhar já estava em outra posição e tinha outra direção. As elites saem da história, entra o povo brasileiro, conquistando o sertão, vivendo longe do rei. O sertanejo é aquele que vive distante do rei: autônomo, soberano, orgulhoso.

No nono capítulo, intitulado "O sertão", Capistrano passa a analisar mais do que a descrever, passa a fazer um esboço de história econômico-social-geográfica-cultural da conquista do Brasil, do seu interior, pelos brasileiros. A ocupação do interior não se deu somente após a vitória contra os holandeses. Ela já vinha ocorrendo desde 1530, com a fundação de Piratininga e as entradas pelo Tietê em direção ao Prata. A vitória contra os holandeses só revelou nitidamente essa nova identidade nacional. Capistrano irá procurar perceber a sua formação longínqua,

muito anterior a esse episódio histórico litorâneo, porém decisivo. Aquela vitória foi como uma ponta de iceberg, sinalizou a existência de um mundo histórico invisível, mas que durava desde o século XVI. Capistrano mergulhou perto dessa ponta de iceberg e desceu às bases dessa massa de gelo para descobrir-lhe o início, a profundidade, a espessura, a densidade. De 1654, a ponta, ele descerá até 1530, a base, quando os paulistas começaram a entrar pelo interior do Brasil (Bosi, 1992).

*São Vicente e Piratininga foram um dos pólos de onde partiram os brasileiros para a conquista do sertão.* Os bandeirantes iam caçar e escravizar índios. Os paulistas são sobretudo mamelucos, e Capistrano vê o povo brasileiro mais como um mestiço de índio e branco. O mestiço de negro e branco é litorâneo e pertence ao mundo português. Capistrano descreve os ataques bandeirantes aos indígenas e jesuítas e a resistência de uns e outros. Os bandeirantes foram terríveis em suas caçadas. A ação bandeirante já é uma ação da gente brasileira, não é mais uma história portuguesa. As primeiras ações brasileiras se destacaram pela violência e brutalidade contra os indígenas. O brasileiro continuou a ação colonizadora e cristianizadora do português, e usando os mesmos métodos.

Darci Ribeiro escreveu recentemente que os bandeirantes ou mamelucos paulistas foram vítimas de duas rejeições básicas. A dos pais, brancos, com os quais queriam identificar-se, mas que os viam como impuros filhos da terra, dos quais somente aproveitavam o trabalho; e a do gentio materno, que não valorizava a descendência da mãe. Não podendo identificar-se nem com brancos e nem com índios, não tendo ancestrais, portanto, o mameluco cairá na terra de ninguém, a partir da qual constrói a sua identidade brasileira. Filho de índia, ele se torna um caçador e escravizador de índios, de sua gente. "Mameluco", esclarece Ribeiro, era o nome dado ao escravo árabe treinado para exercer o mando islâmico sobre a gente da qual tinha sido tirado (Ribeiro, 1995). Filhos de índias, os paulistas agirão contra seus parentes com rara violência, serão capitães-do-mato, feitores de índios. Invadirão as missões para prender os seus índios. Capistrano não aprecia a história que conta, analisa e se pergunta: compensará tais horrores a consideração de que, graças aos bandeirantes, pertencem agora ao Brasil as terras por eles devastadas? Eles voltavam a Piratininga com índios prisioneiros amarrados por coleiras uns aos outros. Estes eram vendidos como escravos. As mulheres índias eram estupradas, confor-

me o costume. Os jesuítas tentaram de tudo para que os índios fossem poupados. Em vão. Os jesuítas é que foram expulsos. Os bandeirantes eram vistos como amansadores, pacificadores de índios. Circulavam por todo o Brasil levando a guerra ao povo de suas mães. Entretanto, alguns se fixaram e passaram de devastadores a colonizadores do interior do Brasil, vivendo com o que o sertão lhes oferecia.

Outro pólo foi o Maranhão, de onde os brasileiros entraram pela Amazônia, fazendo a mesma devastação do indígena. Fundaram-se engenhos, plantaram-se algodão e fumo. Na Amazônia, os brasileiros combateram holandeses, ingleses e franceses. A penetração da Amazônia foi lenta. Era uma região com forte presença de jesuítas, carmelitas e franciscanos. Fundou-se Belém, do Pará. Eram coletados os produtos florestais: cravo, canela, cacau, salsa. A Amazônia teve uma prosperidade relativa com a cultura do arroz e do algodão e a introdução de escravos negros. A população crescia lentamente. O Maranhão estava, no entanto, muito longe do Sul do Brasil, e foi preciso criar o estado do Maranhão, em 1621. A comunicação com o Brasil-sul era feita pelo Parnaíba, mas foi preciso também construir estradas. Portanto, a partir de Piratininga, os brasileiros desceram até o Prata e subiram até a Bahia, passando por Minas Gerais, foram ao Mato Grosso e à Amazônia; a partir do Maranhão, os brasileiros entraram pela Amazônia e desceram pelo sertão nordestino. A conquista do território se fez à custa da expulsão, do extermínio e da escravização do indígena. Os engenhos de açúcar, o fumo e as roças de mantimentos só vingaram próximo de rios navegáveis.

Capistrano não aprecia esse início da história brasileira, que lhe parece tão violento quanto a história que os portugueses faziam. Em 1680, ele afirma, a lei portuguesa proibia que os índios fossem escravizados, única solução lógica e justa, se houvesse gente bastante honesta e enérgica para fazê-la respeitada (p. 141). Diferentemente de Varnhagen e G. Freyre, que viam os jesuítas como pseudofilantrópicos, Capistrano se posiciona francamente ao lado deles na proteção ao indígena contra a guerra, contra o seu extermínio e escravidão.

Um terceiro pólo de ocupação do território brasileiro foi a agropecuária. A criação de gado começou em torno de Salvador e ao longo do rio São Francisco. Aos poucos foi se afastando das margens do rio e se adentrando pelos mais profundos sertões da Bahia, Pernambuco, Minas Gerais. Há os "sertões de dentro", baianos, e os "sertões de fora", pernambucanos. Nas vastas regiões interiores dominadas pelo gado, foi também o mamelu-

co que predominou. São regiões impróprias para o cultivo. O gado prosperou ali, exigindo pouco capital, pouco pessoal, fornecendo alimentos para as regiões exportadoras. O conflito com os índios foi menor, pois o fazendeiro não é nômade nem caçador de índios. Desde que estes cedessem suas terras e não comessem do gado, as relações entre eles e os brancos se estabilizavam. Com o gado, caminhos novos foram abertos levando ao mais fundo Brasil. Os brasileiros da pecuária viviam com recursos escassos. Só comiam carne, leite, frutas e mel. Faziam tudo de couro: portas, camas, cordas, alforjes, mochilas, roupas, malas... O vaqueiro recebia uma cria de cada quatro crias, depois de quatro a cinco anos de serviço. Podia, com o tempo, fundar a sua própria fazenda. "Vaqueiro", "homem de fazenda", "criador" são títulos honoríficos entre eles. A fazenda tornou-se aos poucos um centro familiar, com grandes e confortáveis casas. Nos caminhos do gado para a cidade onde ele era vendido, populações se estabeleceram, povoados surgiram. Essa população distante era também muito católica e, de vez em quando, recebia padres. Entretanto, vivia entregue a si. O Estado demorou a se instalar com juízes, milícia e administração. O mundo da pecuária era também um mundo de violências, com bandoleiros, onde era comum a vingança. Era um mundo de liberdade, sem escravos, semipovoado, vasto, abundante, familiar e violento.

Além dos pólos de São Vicente, Piratininga e de São Luís do Maranhão para ocupar o interior da Bahia, Minas, Goiás e o Nordeste com o gado, outro pólo de ocupação e povoamento do território brasileiro foram as minas. Foi graças à pecuária, por um lado, e à caça do indígena, por outro, que as minas foram descobertas. Não se pretendia achar ouro e pedras preciosas, mas prata, já que esta fora encontrada em Potosi. E no Brasil deveria até ser mais abundante a prata, se o "Oriente for mais nobre do que o Ocidente", como se acreditava que fosse. O ouro foi encontrado sem ser muito procurado. Os paulistas acabaram por encontrá-lo no final do século XVIII nas regiões de Minas Gerais e Mato Grosso: Ouro Preto, Mariana, Rio das Mortes, Rio das Velhas, Paracatu e Cuiabá. Os bandeirantes tornaram-se, então, mineiros. Pouco a pouco, tudo era enviado para as minas, vindo de todas as partes do Brasil e da Europa. Houve uma corrida.

Com o crescimento das minas, uma parte do sertão do Brasil tornou-se português. O rei voltou a controlar o Brasil. Os tributos aumentaram, a circulação da população foi controlada, a exploração do ouro foi disciplinada em favor da Coroa. Na Bahia, por estar mais

próxima do litoral, a exploração do ouro foi proibida. As minas se tornaram um sertão não brasileiro, não mameluco, mas português, dominado pelo branco e pelo negro e o seu mestiço. Nesse sertão mineiro, o domínio português tornou-se tão severo que os sentimentos patrióticos brasileiros se tornaram mais agudos. Os brasileiros, na expansão por seu território, já estavam acostumados a ficar distantes do rei e tinham gostado. A sua reaproximação foi tão opressiva que desencadeou os movimentos pela independência.

No final do século XVIII, a solda que unia os diversos grupos da "nação brasileira" se consolidou. A consciência patriótica brasileira se aprofundou. O rei e sua lei opressora e repressiva foram contestados em diversos pontos do país, exatamente naqueles pontos em que já existia uma população brasileira assentada, com interesses e sentimentos próprios, antilusitanos: Maranhão, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo. Os triunfos contra os estrangeiros, as proezas dos bandeirantes, a abundância de gado animando os sertões, as minas de ouro e diamantes e outras pedras preciosas, as riquezas remetidas à metrópole, o crescimento da população, afirma Capistrano, influíram sobre a psicologia dos colônos. As descobertas auríferas foram a gota d'água, vieram completar a obra. Os brasileiros não se sentiam mais inferiores aos nascidos na metrópole, não eram mais os humildes mazombos do século XVI. Tal mudança, os filhos da metrópole não reconheciam. O reinol é visto, então, como um miserável que vinha enriquecer aqui. Começaram os conflitos entre brasileiros e portugueses. A consciência brasileira formou-se lentamente durante três séculos. No final do terceiro, já era sólida o bastante para ser formulada e expressa e dar legitimidade à ação emancipacionista. Os brasileiros se sentiam sustentadores da Coroa e espoliados por sua opressão.

Em Minas, houve o conflito dos Emboabas (1707-09); em Pernambuco, o conflito dos Mascates (1709/10). Capistrano descreve esses conflitos como se fosse uma testemunha ocular. O século XVIII é o século do conflito aberto entre brasileiros e portugueses. Entre as agitações sociais, apareceu um livro que agitaria os brasileiros ainda mais, ao oferecer-lhes argumentos e força para continuar em sua luta independentista. Trata-se do livro *Cultura e opulência no Brasil por suas drogas e minas*, do jesuíta André João Antonil, que o próprio Capistrano descobriu tratar-se do anagrama de João Antônio/o André/oni L (luquense), estabelecendo a sua autoria. O livro fala dos engenhos de açúcar, da produção

de fumo, das minas e do gado. Ele oferecia os primeiros números sobre o Brasil. Logo foi confiscado pela metrópole, pois estaria divulgando para os estrangeiros os segredos do Brasil. Mas, contesta Capistrano, a verdade é outra: o *livro ensinava o segredo do Brasil aos brasileiros*, mostrando toda a sua pujança, justificando as suas pretensões. Confiscado, proibido, o segredo do Brasil chegou aos brasileiros por outras vias: apareceram exaltações às riquezas do país, exaltações à nobreza brasileira, às suas elites, exaltações do índio como superior aos portugueses e negros, exaltações da natureza, da fauna e flora do Brasil. Por toda parte o segredo do Brasil era revelado. A diferenciação em relação ao reino, antes gradual, inconsciente e tímida, acelerava-se, tornava-se mais consciente, resoluta e irresistível. A vitória brasileira seria uma questão de tempo.

No décimo capítulo, Capistrano trata dos limites do território brasileiro. Um povo novo precisa de um território bem delimitado. Serão ainda os portugueses que discutirão com os espanhóis e franceses e assinarão tratados instáveis, que serão sempre rediscutidos. Na região do Prata, espanhóis e portugueses trocaram e destruíram territórios segundo vários tratados. A negociação do território, dos seus limites, foi feita ainda pelos portugueses. Mas, para defenderem tais territórios, os portugueses tinham um argumento quase sempre irretorquível: já tem gente brasileira instalada na Amazônia, no Sul e Centro-Oeste, isto é, o território já foi de fato conquistado, ocupado e povoado por gente brasileira. Os limites já estavam definidos concretamente, e os tratados só reconhecerão o povoamento já realizado. Será dentro desses limites, agora legitimados pelo direito, que se instalará o povo brasileiro.

No capítulo 11, Capistrano faz um balanço final e tenta uma definição geral do povo brasileiro, do seu estado ao término do século XVIII. Aqui, "Três séculos depois" é o título do capítulo, Capistrano fará um levantamento e a radiografia da população brasileira: número, tipos, repartição, caminhos, atividades, alimentações, festas, feiras, roupas, personalidades, costumes, infra-estrutura urbana, relações sociedade/Estado, nível da consciência política. Quanto ao número, a população brasileira já era contada em milhões. Ela se concentrava no litoral e nas margens dos rios que entravam pelo interior. A maioria é mestiça, variando a mestiçagem de região para região. No interior, predominava o mameluco; no litoral e minas, o mulato. Os negros eram maioria no litoral e, apesar das fugas e quilombos, eram em menor número no sertão. No Sul, os brancos eram mais numerosos. Capistrano refere-se às diferentes

atividades regionais, às diferentes dietas. Na Amazônia, extraíam-se produtos florestais, comia-se peixe e se superexplorava a tartaruga, a “vaca amazônica”, o “gado do rio”. Na zona pastoril, muita carne e escassez de água, que é salobra, ótima para o gado. Bebia-se garapa, comia-se milho verde. Havia festas sertanejas. Capistrano descreve o vestuário doméstico e domingueiro, a vida das mulheres solteiras e casadas. Nas Minas havia abundância de padres, irmandades; havia o gosto pela música nas cidades. As festas religiosas eram numerosas e teatrais, luxuosas.

Capistrano compara o caráter dos brasileiros regionais. O mineiro, ele o descreve assim: esbelto, magro, peito estreito, pescoço comprido, rosto alongado, olhos negros e vivos, orgulhoso e afável, brando e cavalheiro; não se apegam ao seu país, são inteligentes, sobrevivem em qualquer ambiente. O paulista, assim: de pequena estatura, cabelo louro, face pálida, olhos indígenas; corajoso, ágil, incansável, vingativo, franco, colérico, amante do perigo. Sua cor de pele varia, dependendo do grau de mestiçagem indígena/branco. Ele descreve ainda o baiano, o goiano, o mato-grossense, o gaúcho. Quanto às cidades coloniais, ele se refere às portuárias, as mais importantes: São Luís, Recife, Salvador, Rio de Janeiro. Nessas cidades litorâneas, o mulato predominou. Os negros eram numerosos, com sua alegria nativa, seu otimismo persistente, sua sensualidade animal, suportando bem o cativeiro. Os negros, ele afirma, nunca ameaçaram a ordem de modo sério. Trabalhavam cantando, para aliviar o peso do trabalho, e bandos de carregadores negros davam animação às ruas. Os mulatos são mais rebeldes, dentre eles saíam os capangas e assassinos. Crescendo em número, “descoloriram”, extinguindo-se as distinções de raça. Os brancos eram oprimidos pelo convencionalismo; as crianças, cedo, perdiam toda vivacidade e espontaneidade. Os reinóis tratavam com desdém a terra e os seus moradores; eram grosseiros, desonestos, prepostos dos ingleses.

O capítulo 11, portanto, é um balanço quase completo do Brasil no final do século XVIII. Capistrano fala ainda da arquitetura urbana, dos modos à mesa, do comportamento das mulheres, da vida social (o ritual da “visita”), das ruas e do inexistente saneamento básico (“cuidavam da limpeza urbana o sol, as chuvas e os urubus”!), da indústria cerceada pela metrópole etc. O Brasil não é ainda independente, mas se inquieta e aspira a sê-lo. Ele está prestes a tornar-se independente. Entretanto, Capistrano surpreende o leitor no final da sua exaltação da vitória brasileira. Depois de se mostrar entusiasmado com as expressões do sentimento patriótico entre os brasileiros, termina a sua síntese

se cético em relação ao futuro deste novo povo. Para ele, a vida social não existia, pois não havia sociedade. As questões públicas não interessavam. No máximo se sabia se havia guerra ou paz. É duvidoso que tivessem uma consciência nacional e até mesmo capitania. Algum leitor de livros estrangeiros poderia falar de independência porque soubera do caso norte-americano e conhecia a pobreza e fraqueza lastimáveis de Portugal. Não se procurava, porém, o meio de conseguir tal independência vagamente conhecida, tão avessa era a índole do povo a questões práticas e concretas. Divagava-se sobre o que se faria depois de conquistá-la por um modo qualquer, acontecimentos imprevistos, o que afinal ocorreu. Como em todas as revoltas anteriores, não se sabia o que se faria com o poder na mão. Enfim, conclui ele, no início do século XIX a população brasileira era constituída por cinco grupos étnicos, ligados pela comunidade ativa da língua e passiva da religião, moldados pelas condições geográficas de cinco regiões diferentes e tendo pelas riquezas materiais grande entusiasmo — eis a que se reduzira a obra de três séculos.

Final paradoxal! Ao longo do texto tem-se o elogio da expansão e conquista do território brasileiro pelos brasileiros. Apesar de ser difícil distinguir os interesses e sentimentos dos brasileiros e dos portugueses no período colonial, Capistrano esforça-se por definir uma “*brasilidade*”, apesar da dominação portuguesa e contra ela. *Brasilidade* que começa com a fundação de São Vicente e Piratininga, que cresceu com as bandeiras, com a ocupação da Amazônia, com o gado e as minas. *Brasilidade* que se exaltou durante o século XVIII e se expressou através de rebeliões diversas, sangrentas. *Brasilidade* de uma população numerosa, mestiça, com os seus modos próprios de viver e pensar, com as suas atividades econômicas específicas, adaptadas a regiões diversas. Apareceu até um livro que formulava precocemente esta *brasilidade* e que foi apreendido por esta razão. E, no final, um ar de decepção, de malogro: patriotas incapazes de produzir a sua própria independência! É como se a conclusão que ele apresentara para o século XVI — um Brasil dominado por forças centrífugas, divergentes — valesse também para o final do XVIII. Capistrano talvez esperasse mais desse povo que soube acompanhar ao longo de três séculos; que ele fosse sujeito de fato da sua autonomia, que ele fosse um sujeito historicamente eficaz. O final revela uma expectativa não realizada, um esforço frustrado. A “revolução brasileira” não passou de um espírito e não se encarnou, não deu

nascimento a um novo mundo histórico. Capistrano passa do elogio à vitória brasileira a um tom crítico em relação ao novo povo brasileiro que se constituía — ele esperava mais ação, mais vontade e determinação, mais eficácia histórica.

Capistrano expressará melhor este seu ponto de vista em outro texto, *Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Nele, ele constata e pergunta: no princípio do século XIX, o Brasil já estava ligado por meio de vias terrestres e fluviais — chegou-se a formar um conjunto, uma nacionalidade? Para ele, o sistema colonial produzia a divergência interna, o particularismo. O centro ficava além-mar. Somente depois da independência é que começou o processo de unificação, a convergência das partes. Apesar das mudanças realizadas, este processo se deu naturalmente, em uma evolução gradual, lentamente. Após a independência, a nação ficou tão cimentada em sua união que desafiou as crises da regência e se consolidou ainda mais no Segundo Reinado. A idéia de uma nação brasileira realizou-se, finalmente, mas ela esteve perto de esvaír-se como em um sonho!

Seu final paradoxal é, no entanto, lúcido: os brasileiros, e pelas razões por ele apontadas, não se sentiam em condições de assumir o país plenamente, isto é, revolucionariamente. Eles viveram os três séculos coloniais na dispersão, em muitos engenhos, minas, fazendas, cada um desses núcleos econômico-sociais-culturais com sua própria lei e seu próprio senhor. Entretanto, essa idéia da “revolução brasileira”, que Capistrano concebeu e descreveu no período colonial, quando nascia, será tematizada por todos os historiadores posteriores a Capistrano, que se inserem na linha aberta por ele da “redescoberta do Brasil”. Poderia ter sido acelerado o tempo histórico do Brasil, pelos brasileiros, no final do século XVIII, produzindo uma verdadeira independência econômico-social-mental, além de política? Seu ceticismo revela a compreensão dessa impossibilidade histórica. É um sentimento posterior à exaltação que se frustrou: uma recusa apaixonada, decepcionada, do sonho. E depois, uma constatação do que de fato ocorreu, a vinda da Corte para dentro e a consolidação da unidade brasileira em termos luso-brasileiros, aceitando-a e legitimando-a. Era essa a única revolução independentista possível? Pelo menos essa, felizmente, se realizou, e a nação brasileira se concretizou antes de esvaír-se em um sonho. Seu sentimento parece ter passado por três fases: primeira, o elogio da rebelião, da luta e da vitória brasileira durante três séculos; segunda, decepção e frustração com a não-

concretização do que parecia maduro, a independência feita pelos patriotas brasileiros; terceira, a aceitação e legitimação da “independência possível”, liderada pelo Estado português, pela família real portuguesa, pois assim, pelo menos, a unidade territorial e nacional foi preservada.

Capistrano é, enfim, um antivarnhageniano. Nos anos 1900, a história que se faz no Brasil começa a diferenciar-se dos “quadros de ferro” do IHGB e de Varnhagen. Capistrano ainda não faz uma história plenamente econômico-social-mental, mas também não faz mais somente uma história político-administrativa e biográfica. Para A. Canabrava, ele se coloca entre duas concepções de história: a história como narrativa do empírico, que tem em Varnhagen seu representante maior, e a história no quadro das ciências sociais, que se fará no Brasil pós-1930. Capistrano representaria um elo entre a geração do século XIX/IHGB e a geração do século XX/universidades (Canabrava, 1971).

Capistrano se aproxima de Varnhagen também nos seguintes pontos: faz ainda uma história factual, relatando os feitos dos portugueses em sua conquista, uma história cheia de nomes e datas, de eventos contados em um ritmo quase diário. Isso vale sobretudo para os primeiros capítulos de *Capítulos de história colonial*. Ele dá ênfase à documentação escrita e bem criticada e seu estilo é ainda descritivo e narrativo.

Mas diferencia-se enormemente de Varnhagen: não faz mais uma história oficial, ligada ao Estado; sua história não é só político-administrativa, mas também social e cultural. E a diferença maior: não faz um elogio da conquista e colonização portuguesa, mas da conquista e colonização do Brasil pelo brasileiro mestiço; não relata a conquista do litoral, mas a ocupação do interior; o sujeito da história do Brasil não é mais o europeu branco, cristão e súdito do rei, mas o brasileiro mestiço, ainda cristão, mas sem uma expressão política clara; não faz uma história da constituição da identidade brasileira em moldes europeus, mas busca as identidades brasileiras no interior, no sertão e nas rebeliões. Finalmente, o abismo que os separa está na concepção do tempo histórico do Brasil. Varnhagen não distinguiu bem os períodos da história brasileira e se perdeu em inúmeros fatos dominados pelo sentido maior do elogio da colonização portuguesa. Esse sentido maior nunca foi seriamente contestado, e Varnhagen não percebeu as mudanças na história do Brasil. Capistrano elaborou a seguinte periodização da história do Brasil:

1500-1614	ocupação do litoral, guerra contra os franceses, escravidão do indígena;
1614-1700	povoado o litoral, início da internalização pelos rios;
1700-1750	domínio das minas;
1750-1808	consolidação do sistema colonial: municipalidades anuladas, indústria proibida, jesuítas expulsos, tensão entre colonos e reinóis;
1808-1850	decomposição do sistema colonial;
1850	período centralizador, imperialista ou industrial: época do vapor, agonia da escravidão, jornalismo vivo (Abreu, 1975).

Diferente de Varnhagen, Capistrano duvida da tradição, faz uma crítica radical da memória. A verdade que procura não consiste na repetição do passado: a verdade não é o que o passado ensina e impõe (Araújo, 1988). Seu ponto de vista inovador ao mesmo tempo constrói um novo passado e desconfia do passado estabelecido, oficial. O método crítico quer corrigir o passado, rever verdades consolidadas. E abrir um novo futuro, sustentado por um novo passado: o Brasil nação não será oficial, o sujeito da história do Brasil não é o Estado imperial, mas o povo brasileiro, em sua diversidade e unidade. No passado, Capistrano põe ênfase na vida desse povo, por um lado, ativo na ocupação do território, por outro, passivo e ineficaz na produção da verdadeira independência. No futuro, ele espera a verdadeira independência... Capistrano é um historiador da mudança, da descontinuidade entre o passado e o futuro do Brasil: o futuro será a realização da independência a que o Brasil aspirou no passado mas não realizou. O futuro do Brasil será brasileiro, descontinuando o passado português. A verdade histórica se oporá a esse passado tradicional português e servirá à construção do futuro novo, brasileiro, à idéia da revolução brasileira.

## ANOS 1930: SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

### A superação das raízes ibéricas

#### S. B. de Holanda: um “Intelectual Feliz”

Sérgio Buarque de Holanda nasceu em 1902, em São Paulo, quando Euclides da Cunha publicava *Os sertões*, e faleceu em 1982. Era filho de um migrante pernambucano com formação na área de saúde. Seu pai era funcionário do estado de São Paulo, professor de botânica na Escola de Farmácia e Odontologia, e trabalhou também no serviço sanitário do Estado. Ele criou a família com o seu ordenado. S. B. de Holanda teve provavelmente uma vida modesta, talvez o essencial, sem passar falta. Assim como Capistrano, sofreu o autoritarismo paterno, e ambos talvez tenham se tornado o que foram “reagindo contra a lembrança desse autoritarismo”.<sup>6</sup> S. B. de Holanda pelo menos explicitou este sentimento; Capistrano amargou-o em silêncio. Diferentemente de Capistrano, S. B. de Holanda levou uma vida sobretudo urbana, sem as desvantagens do isolamento rural. Teve uma formação escolar formal e regular. Desde a infância, ele afirma, apreciava a leitura e a escrita. Tinha gênio artístico: escrevia prosa e verso, tocava piano, compunha valsas, gostava de dançar. Sua formação superior foi em direito, embora não tenha depois exercido a profissão. Boêmio, vivia em rodas de amigos intelectuais pelos bares. Começou a sua carreira como crítico literário e jornalista. Nessas atividades, viajou pela Europa inúmeras vezes e permaneceu um ano na Alemanha e outros anos na Itália. Quando esteve na Alemanha, em 1929, como jornalista, entrevistou intelectuais, seguiu cursos de Meinecke, leu Sombart e Weber, conheceu a literatura alemã (*Semana...*, 1992; Iglésias, 1992; Dias, 1986).

<sup>6</sup> Depoimento de Sérgio Buarque de Holanda, ver *Semana...*, 1992:19.

S. B. de Holanda é um outro “milagre de formação”. Segundo os seus biógrafos e analistas, possuía enorme erudição em ciências sociais, literatura e artes, apesar de indisciplinado e boêmio. Ainda na Alemanha, pensou em escrever um livro sobre o Brasil e escreveu mesmo um volumoso texto, ao qual deu o título de Teoria da América, mas não publicou tal como escreveu. Esse texto volumoso deu origem a um dos textos mais curtos, sintéticos, da historiografia brasileira: *Ratzes do Brasil*, que antes teria o título de *Corpo e alma do Brasil; ensaio de psicologia social*. *Ratzes do Brasil* foi publicado em 1936, um bom tempo depois do seu retorno da Alemanha. Aqui, ele divulgará o historicismo alemão em suas pesquisas históricas, particularmente em *Ratzes...*, onde ele se mostra em grande parte weberiano, e em um consistente ensaio sobre Ranke (Iglésias, 1992; Dias, 1986).

Filho de funcionário público, S. B. de Holanda tornou-se também funcionário público: professor da Escola de Sociologia e Política, de 1947 a 1955, e da Universidade de São Paulo, de 1958 a 1969. Além de se dedicar ao ensino, escreveu vários outros livros importantes: *Caminhos e fronteiras* (1957) e *Visão do paraíso* (1959), dirigiu e escreveu para os primeiros volumes da coleção *História geral da civilização brasileira* (1960-72), além de publicar inúmeros artigos em jornais e revistas especializadas. Ofereceu cursos e palestras nas principais universidades dos Estados Unidos, Itália, Chile e outros países. Pesquisou nos arquivos de Portugal, do Vaticano, Nova York, Paris e outros. Sua vida intelectual foi muito intensa. Era muito requisitado pelas universidades nacionais e estrangeiras, museus nacionais, bibliotecas, editoras, organismos nacionais e internacionais. Além disso, gozava de enorme prestígio intelectual no Brasil, jamais sofreu perseguições graves, exclusões, nem nos anos 1960; pelo contrário, sempre foi protegido e exaltado pelos seus pares da USP (Iglésias, 1992; Dias, 1986). Afóra o seu estilo digressivo e a sua dicção difícil, que provavelmente tornava suas palestras e cursos menos atraentes, S. B. de Holanda parece ter sido um “intelectual feliz” — pôde fazer tudo o que pretendeu, obteve sempre os recursos necessários, publicou obras muito importantes, que não criaram polêmicas e tensões graves, e é sempre lembrado como o modelo de historiador brasileiro.

### S. B. de Holanda e os Anos 1930

Em 1922, a Semana de Arte Moderna, da qual S. B. de Holanda não participou direta mas indiretamente, divulgando as suas pro-

postas nas revistas *Klaxon* e *Estética*, havia aprofundado o esforço de “redescoberta do Brasil” que Capistrano de Abreu e a sua geração, dos anos 1900, haviam iniciado (A. Filho, 1987). A década de 1920 pode ser caracterizada pela erupção constante de críticas e oposições à sociedade oligárquica. Os anos 1930 foram de intenso debate político, época de radicalização ideológica e política. Percebe-se então, mais nitidamente, a distância entre a sociedade civil e o Estado, entre o Brasil real e o Brasil legal, entre a realidade brasileira e as idéias importadas para que ela “não fosse conhecida”. Nos anos 1930, a realidade brasileira nua e crua tornou-se a questão-chave de um pensamento brasileiro que se quer puro e duro. Todos os intelectuais querem decifrar o enigma do Brasil e interferir na produção do seu futuro. Discute-se, então, a identidade nacional brasileira, os obstáculos ao seu desenvolvimento e progresso, as formas de vencer o atraso horroroso (A. Filho, 1987).

O Estado saído da Revolução de 1930 passou a investir em educação superior para a formação de quadros e para o debate mais aprofundado dos problemas do Brasil. O ensino secundário e superior dominado pela Igreja foi cedendo lugar ao ensino leigo. As classes médias são incorporadas às faculdades recém-fundadas de filosofia, letras e ciências humanas, como as da USP. No ensino e pesquisa de história, o IHGB perdeu sua influência, que agora passa para a universidade de forma quase absoluta (Iglésias, 1992; Mota, 1978). Sob a influência da universidade, a história se aproximou das ciências sociais, querendo pesquisar a “realidade brasileira” em seu aspecto econômico-social-mental e não mais só político. Essas mudanças no conhecimento histórico e social refletem as mudanças significativas que ocorrem na sociedade, que é mais complexa e possui novos e atuantes sujeitos sociais. A urbanização, palco das ações desses atores, se acelera. O Brasil fazia a transição de uma sociedade baseada na economia agropecuária para uma sociedade dominada pelo capitalismo industrial, com os seus sujeitos característicos: a burguesia, o proletariado e as classes médias. Nos anos 1930, portanto, há uma crise aguda da ordem oligárquica. A Revolução de 30 não foi longe o bastante para romper com a organização social vigente, mas a abalou e pôs em xeque a validade das interpretações do Brasil produzidas quando ela ainda era incontestável (Ianni, 1989 e 1994; Mota, 1978). Tais interpretações já estavam sendo invalidadas pela corrente dos “redescobridores do Brasil” anteriores a 1930: Capis-

trano e sua geração, a Semana de Arte Moderna, o Partido Comunista do Brasil e alguns movimentos militares. Pós-1930, a história não poderia mais ser aquela do IHGB, que tratava do Estado e dos grandes feitos dos grandes vultos brancos das elites.

Houve, então, uma espécie de precipitação das crises do passado. As correntes de pensamento tornaram-se mais claras, explícitas, pois mais radicais. Foi uma época fecunda para o pensamento social brasileiro. Vários clássicos da historiografia brasileira foram publicados, então, usando ainda teorias importadas, americanas e européias (Simmel, Weber, Franz Boas, Marx). O pensamento brasileiro parece mais adequado à realidade brasileira, é mais contemporâneo do tempo histórico brasileiro. As principais interpretações do Brasil moderno construídas nos anos 1930 tinham uma compreensão mais exata do país: analisam a vocação agrária e as possibilidades da industrialização, as relações entre a burguesia brasileira e o capitalismo associado, o civilismo e o militarismo, a democracia e o autoritarismo, as regiões e a nação, a formação do povo e a multiplicidade racial, a modernidade e a tradição. Os anos 1930 realizavam o que em 1922, data das comemorações do centenário da independência, se intuiu: a necessidade de se abordar o Brasil sem complexos, sem ceticismo, com confiança. O Brasil precisava ser conhecido em suas peculiaridades: desigualdades regionais, heterogeneidade étnica, heranças do escravismo, imigração, peso das oligarquias, predomínio do privatismo sobre a vida pública, personalismo nos partidos políticos, conquista da cidadania (Ianni, 1989 e 1994).

Se, durante o século XIX, a realidade social excluía e o pensamento a legitimava, agora a realidade continuava excluindo, mas sem a legitimação cúmplice do pensamento brasileiro. Este passou a defender a inclusão de negros, índios, mulheres, pobres de todo tipo, enfim, de todos os marginalizados da sociedade oligárquica, do passado, os quais deverão ser integrados à sociedade brasileira no futuro. O Brasil não teria futuro excluindo a sua própria população do gozo dos direitos da cidadania. Os intelectuais brasileiros em suas várias tendências só se dividiam quanto às estratégias para a realização desse projeto, comum à maioria deles. *O Brasil precisava mudar e não poderia continuar mais na mão dos seus conquistadores.* Se os conquistadores do Brasil e seus descendentes dominaram sem contestação no passado, nos anos 1930 a

contestação se radicaliza — o Brasil precisa ser “redescoberto” e reconstruído pela sua própria população. O futuro deverá ser radicalmente diferente do passado. O grande tema dos “redescobridores do Brasil” será o da “revolução brasileira”: sujeitos, alianças, época, processos, resultados, reverses, possibilidades... (Ianni, 1989 e 1994). S. B. de Holanda será um dos pensadores da revolução brasileira, seguindo a trilha de Capistrano de Abreu.

### S. B. de Holanda, Dilthey e Weber

A interpretação do Brasil de S. B. de Holanda tem raízes no pensamento alemão moderno, que ressalta o particular, o único, a especificidade temporal de cada realidade histórica. Estava interessado em conhecer o Brasil em sua singularidade. Embora usasse uma teoria importada, ele a usava de forma original e criativa. Aliás, a própria teoria proíbe a aplicação de conceitos e análises feitas para outros lugares históricos em lugares históricos diferentes. Ele procurará destacar, através da comparação, da criação de tipos ideais, os traços peculiares do Brasil, reconstruirá aspectos do processo de formação da sociedade e da mentalidade dos brasileiros em suas mudanças, em seu devir, libertando-se de esquemas teóricos e preconceitos (Dias, 1986).

Seu estilo elegante e refinado é às vezes mais eficaz do que conceitos muito precisos e rígidos na apreensão dos ritmos da vida brasileira. Sua narração é capaz de reconstituir o espírito de uma época. Ele usa e recria a linguagem das fontes. A sua obra é ao mesmo tempo racional, conceitual, documentada, interpretativa, erudita, objetiva e intuitiva, literária, artística. Diltheyano e weberiano, S. B. de Holanda distingue entre o conhecimento da natureza e o conhecimento da sociedade e realiza a compreensão empática adequada ao conhecimento do mundo social. Sua história inclui-se na sociologia compreensiva de Weber: interpreta sinais, articula os meios e fins de uma ação, recria a situação em que as escolhas foram feitas, procura pôr-se no lugar dos seus personagens. A história não precisa recorrer a leis para compreender e fazer compreender seus objetos de investigação. Ela compreende singularidades. Sua lógica é teleológica, isto é, a história estuda os homens em sua ação e esta ação não se submete a leis gerais, mas a fins, e precisa ser compreendida em sua individualidade. O historicis-

mo compreende o mundo humano por uma abordagem individualizante e não generalizante (Reis, 1996; Iglésias, 1992; Dias, 1986).

Há uma polêmica sobre qual teria sido o primeiro intelectual brasileiro a ter-se utilizado de Weber em sua análise do Brasil. Corrêa Dias afirma ter sido Emílio Willems em seu artigo "Patrimonialismo e administração", publicado em 1945 na *Revista de Administração Pública* (Dias, 1974). V. Chacon considera Otto Maria Carpeaux o primeiro weberiano brasileiro, ao publicar em 1942 longo ensaio sobre Weber e a sua *Ética protestante e o espírito do capitalismo* (Chacon, 1977). Entretanto, se se admite a orientação historicista, em geral, e weberiana, em particular, de S. B. de Holanda em *Raízes do Brasil*, parece-nos que ele, se não foi o primeiro a se utilizar de Weber, recebeu bem antes e mais profundamente a sua influência do que Willems e Carpeaux. Chacon se refere também ao uso de Weber por G. Freyre, em 1933, em *Casa grande & senzala*, quando discutiu as relações entre o calvinismo, o judaísmo e o catolicismo. Freyre também é considerado historicista, com influências de Dilthey, Simmel, Weber e Franz Boas (Chacon, 1986).

Entretanto, S. B. de Holanda parece ter conhecido Weber antes mesmo de G. Freyre, em 1929, quando esteve na Alemanha. Ou pelo menos o conheceu mais diretamente e não através de uma formação nos EUA. *Raízes do Brasil* tem páginas inteiras inspiradas em Weber. A sua discussão do Estado brasileiro, das relações entre o público e o privado, a sua proposta de uma separação radical entre estas esferas e da modernização do Estado, que se tornaria mais racional e burocrático, mais eficaz na administração pública, são visivelmente weberianas. Há ainda os tipos ideais do trabalhador e do aventureiro, do ladrilhador e do sementeiro, do homem cordial e do homem polido, a análise comparativa da mentalidade ibérica e da europeia, das mentalidades portuguesa e espanhola na América, os conceitos de dominação patrimonial e burocrático/legal. *Raízes do Brasil* é quase integralmente weberiano. Até o sentido da revolução brasileira seria weberiano: uma racionalização progressiva da sociedade tradicional, dominada por valores afetivos, familiares; uma modernização baseada na separação entre o afetivo/privado e o racional/público. A modernização representaria uma mudança de mentalidade e um estabelecimento de regras universais que atingissem a todos, independentemente da sua origem familiar e de suas relações pessoais e políticas. Uma sociedade moderna não pos-

sui privilegiados, pessoas mais queridas ou mais detestadas do que outras, não prefere e não persegue: ela está racionalmente submetida a regras e organizada no sentido da eficácia administrativa e produtiva.<sup>7</sup>

Toda a sua visão do Brasil se assenta na teoria social weberiana e, talvez, de forma mais rigorosa e conseqüente, pela primeira vez no Brasil. Seu historicismo aparece em seus temas principais: a cultura européia, a cultura ibérica, o caráter português, espanhol, brasileiro, a alma comum brasileira/ibérica, as determinações psicológicas da experiência colonial, a mentalidade patriarcal e cordial, o espírito da dominação portuguesa, a mentalidade urbana e moderna, o comportamento familiar e público, os tipos e conceitos e não leis históricas. Sua abordagem da história é psicológica; ele quer apreender a vida humana brasileira e ibérica pelo seu interior, quer recriá-la e revivê-la (Dias, 1986).

Nos anos 1930, a radicalização política levou vários intelectuais brasileiros ao fascismo e ao comunismo, ao catolicismo exaltado, ao estatismo positivista, autoritário. S. B. de Holanda manteve-se em uma posição sempre mais branda, evitando exaltar-se à esquerda. Uma posição branda, mas nítida. Ele era crítico em relação às noções de legados, tradições, nação, raça. Embora historicista, embora valorizando as tradições e a cultura brasileira que se constituiu no passado, em relação ao passado e a essa tradição e cultura, ele queria conhecê-los para esquecê-los, superá-los dialeticamente, para impedi-los de agir sobre o inconsciente brasileiro. Ele também era brando teoricamente: evitava determinismos cientificistas, materialistas, climáticos ou biológicos. Na história, não há leis, causalidades mecânicas, etapas de desenvolvimento da humanidade universal. O que há no passado é o dever das formações peculiares e específicas de cada povo (Iglésias, 1992; Cândido, 1976).

Nos anos 1930, o Brasil vivia impasses graves, e as teorias e idéias políticas se "engrossavam". Sua intervenção no grande debate da época será feita através de Ratzes do Brasil, que é uma obra eminentemente política. O povo brasileiro, como em Capistrano, é o personagem central. Sua visão da história do Brasil não é aristocratizante, senhorial, elitista. Ele parece não apreciar chefes carismáticos. O caudilhismo, ele o vê como um empecilho à modernização do Brasil. O protagonista da

<sup>7</sup> Cf. Weber, 1992.

sua história é o povo anônimo em seu cotidiano, em sua vida repetida, sem grandes eventos (Iglésias, 1992). Seu olhar sobre o passado é contrário ao de G. Freyre: ele não o idealiza, não lamenta a perda da glória das oligarquias. Prefere o Brasil que se constituía, contra aquele passado, nas cidades, com os seus novos sujeitos e sua nova mentalidade. O olhar de S. B. de Holanda sobre o passado brasileiro é o do homem urbano, recentemente emergente. É o do homem médio das cidades, que teme a violência conservadora dos senhores rurais e a violência revolucionária do escravo ressentido. Seu desejo é o de uma organização racional da sociedade, onde todos possam encontrar o seu lugar e se exprimir em sua originalidade segundo regras universais e consensuais. Um mundo sem senhores e sem escravos, habitado por cidadãos.

*Raízes do Brasil* é uma síntese interpretativa da trajetória brasileira que discute o seu presente e futuro, acertando as contas com o passado. S. B. de Holanda desvenda no presente as sobrevivências arcaicas, ainda ibéricas, que precisariam ser superadas. Ele quer identificar os obstáculos que entravam a modernização política e econômico-social-mental do país. Esses obstáculos estão ligados às nossas raízes ibéricas, que devem ser recusadas e cortadas. O "mundo que o português criou" não interessa ao Brasil, que deve criar o seu próprio mundo e que, para fazê-lo, terá de romper com o seu passado português. A crise brasileira dos anos 1930, aliás, a eterna crise brasileira, foi criada já em Portugal no século XVI. Não é a miscigenação o nosso mal; o nosso mal é a nossa herança portuguesa. Infelizmente, segundo ele, a miscigenação não nos diferenciou tanto assim do português. É por isso que ele se refere tão pouco a índios e negros: estes não foram tão eficazes sobre a história do Brasil ou pelo menos o suficiente para contrabalançar a eficácia portuguesa. Esta foi quase absoluta, infelizmente, para os brasileiros. O Brasil é mais português do que gostaríamos que fosse. Somos sobretudo neoportugueses e devemos nos tornar pós-portugueses, isto é, brasileiros.

### **A Obra: *Raízes do Brasil***

S. B. de Holanda começa *Raízes do Brasil* constatando o grande obstáculo para a construção de uma identidade e projeto brasileiros:

nossa representação do que somos não se refere à realidade do que somos. Para ele, a implantação de uma cultura européia nos trópicos, em um ambiente estranho à sua tradição, é o fato mais importante na origem do Brasil. Desde então, nossa cultura — instituições, idéias, formas de convívio — veio de outro lugar e não se adaptou aos trópicos. Vivemos nos trópicos sem uma cultura adequada, própria, tropical. Participamos do desenvolvimento da cultura de um outro lugar. Nossas representações da nossa história são diferenciadas, até o ridículo, do nosso tempo social específico e concreto. Entre o conhecimento do Brasil e a realidade brasileira há uma defasagem abissal: pensamos com idéias inadequadas à nossa realidade social, idéias que, ao invés de facilitarem nossa relação com a realidade, a impedem.

Se é assim, como podemos fazer projetos para o futuro? Se não estamos sintonizados com o nosso tempo histórico específico, com o nosso passado e presente, como planejar, agir e construir o futuro? Para inventar um futuro é preciso saber quem somos e gostar do que somos e, para isso, será preciso reconhecer nossas raízes ibéricas. A construção de uma sociedade nova exige a adequação do pensamento à realidade; esta adequação pressupõe um reencontro com a nossa história. É o que ele fará: para pensar o que o Brasil deveria ser, ele discutirá o que somos, de onde viemos, de que espírito fomos feitos. E quando o pensamento encontra a realidade, o diagnóstico é simples e duro: somos *neoportugueses!* O que isto significa?

Os portugueses da época do descobrimento não eram europeus plenos, argumenta S. B. de Holanda. Isto é: o tipo de sociedade de onde vinham não era nem europeu, nem africano ou árabe, mas um tipo original. Viviam em um território fronteiriço entre a Europa e a África, sendo meio europeus, meio africanos/árabes. A sociedade portuguesa integrou-se tardiamente à Europa. É uma sociedade que se desenvolveu à margem da Europa. Por essa razão, a mentalidade portuguesa é original — seu caráter é indeciso, impreciso. Se se comparam ibéricos e europeus — e aqui S. B. de Holanda não distingue ainda portugueses e espanhóis —, percebem-se diferenças profundas. O caráter ibérico desenvolveu o culto da personalidade. Cada indivíduo vale por seu mérito próprio e não pelo nome herdado. São reconhecidos os indivíduos independentes, corajosos, auto-suficientes, fortes fisicamente, sobranceiros, heróicos. Os valores desses indivíduos são a honra, a

fidelidade, o livre arbítrio, a fidalguia. O resultado trágico dessas disposições ibéricas: a frouxidão da estrutura social, das associações que impliquem solidariedade e ordem. Os ibéricos recusam toda hierarquia, a coesão social, e tendem ao individualismo anárquico. Rejeitam o trabalho manual, pois este exige a dedicação a algo exterior. Especulativos, apreciam o ócio e se sentem nobres por isso. O indivíduo não quer alterar o mundo social, que nem mesmo reconhece e identifica. Ele não aceita ser dominado por um objeto exterior. Só são solidários entre si por motivos afetivos e só se submetem pela obediência. Em uma "terra de barões" não são possíveis acordos duráveis, a não ser por uma força exterior querida e temida. Há necessidade do líder carismático, que reine mítica e despoticamente. Eles o aceitam para pôr ordem em seu natural anárquico e o respeitam e aclamam apaixonadamente. Cada indivíduo se identifica com ele, pois realiza o sonho de cada um: ser individualmente de forma caprichosa e absoluta.

E por que tais características predominaram entre os ibéricos? Não foi por fatalidade biológica ou determinismo climático. Talvez porque foram os primeiros a se constituírem como nação, na Europa. Talvez, considera S. B. de Holanda, tenha sido seu êxito precoce uma das razões da persistência entre eles de hábitos da vida tradicional. A ascensão burguesa em Portugal não encontrou obstáculos intransponíveis. A burguesia não representou uma nova mentalidade, uma nova escala de valores. Ela se associou à nobreza e assimilou o seu modo de viver, seus valores. Cada burguês se sente nobre e exhibe a sua fidalguia em seu vestuário, em sua recusa do trabalho manual, em seu ócio, em seus títulos comprados ao Estado. A hierarquia feudal, rígida na França, em Portugal não existiu. As classes sociais não eram bem fixadas: todos eram fidalgos. A burguesia não implantou valores modernos — diligência, pontualidade, pertinácia, parcimônia, exatidão, solidariedade social. O sangue familiar, o nome, a herança não distinguiam os indivíduos tanto quanto o seu próprio mérito e riqueza. Enfim: culto da personalidade, valores individualistas, ausência de uma moral do trabalho, resistência à regra social, à lei, têm como consequência uma sociedade dificilmente governável, pelo menos de forma democrática. Tal autarquia dos indivíduos, tal anarquia, só uma força externa pode organizar e dirigir. À liberdade excessiva substitui-se com facilidade a obediência cega.

Eis aí o que significa, para começar, ser neoportuguês. Esta é a nossa raiz ibérica, que nos impede de nos tornarmos uma nação moderna, racional na administração e na produção econômica e nas relações sociais. S. B. de Holanda rejeita vivamente tal origem: queiramos ou não, afirma ele, estamos associados a Portugal e temos uma alma comum. De lá nos veio a forma atual de nossa cultura. Nem o contato e a mistura de raças fizeram-nos diferentes dos ibéricos como gostaríamos de sê-lo. S. B. de Holanda tem desse espírito português uma avaliação diferente da avaliação de G. Freyre. Este considera que o tempo ibérico sem pressa, sem regras, sem relógio, caprichoso, ocioso, que passa lentamente, expressa um grande gosto de viver, um prazer que não cede a imposições externas e que nem se preocupa em formular a resistência: simplesmente não se deixa enquadrar, ignorando prescrições, mandamentos, regras, imposições. E no brasileiro esse espírito português se acentuou com a liberdade do indígena e a alegria do negro. Freyre tem saudade do espírito português. Quanto a S. B. de Holanda, ele quer extingui-lo do coração brasileiro! O Brasil precisa e quer mudar.

Foi, portanto, essa cultura ibérica, com tais disposições psicológicas, que conquistou os trópicos. Dadas essas características culturais, a exploração dos trópicos não seria feita por um empreendimento metódico e racional. Foi feita com abandono e desleixo. Fez-se apesar dos seus autores. Para melhor conhecer e analisar a colonização tropical ibérica, S. B. de Holanda constrói dois tipos: o do aventureiro e o do trabalhador. Segundo ele, são duas orientações gerais que se combatem na atividade dos homens. O tipo do aventureiro: o objetivo final é mais importante do que os meios; seu ideal é colher o fruto sem plantar a árvore. Ele ignora fronteiras, é espaçoso, invasor, ladrão, aceita riscos, ignora obstáculos e, quando os encontra, transforma-os em trampolins. É audaz, imprevidente, criativo, ocioso e vê longe. Quer a recompensa sem esforço. Não visa à estabilidade, à paz, à segurança pessoal. O trabalhador lhe parece estúpido e mesquinho. Esse tipo aventureiro encarna-se em ladrões, traficantes, empresários desonestos, estelionatários, gente que manda fazer e explora o esforço do trabalhador. Entretanto, o tipo aventureiro não precisa se encarnar necessariamente nesses personagens que agem contra a sociedade. A audácia pode servir à sociedade, e as que mais se destacaram foram as que souberam aliar de forma criadora aventura e trabalho.

O tipo do trabalhador: vê primeiro a dificuldade a vencer; está dominado pelos meios, é econômico, metódico, lento. Seu horizonte é mais curto, restrito. Realista, ele vê mais a parte do que o todo. Não tolera a ética aventureira, que é desestabilizadora e contrária à segurança e à paz. Esses tipos ideais, uma estratégia de conhecimento tipicamente weberiana, S. B. de Holanda os construiu para responder à desconcertante questão: como esse povo ibérico, com aquele caráter, mentalidade e espírito, pôde colonizar?! Se mal podiam se administrar, poucos e em pequeno território, como puderam colonizar espaços enormes com populações nativas inteiras? O uso daqueles tipos permitirá a compreensão da atuação dos ibéricos. Em sua expansão colonizadora, eles foram mais aventureiros ou mais trabalhadores? Tais tipos, por serem ideais, não existem concretamente tal como pensados. O aventureiro puro só existe enquanto tipo. Na prática, ele estaria misturado em algum grau ao tipo do trabalhador. Na conquista portuguesa, respondendo àquela questão anterior com o uso dos tipos, o papel do trabalhador foi residual. Os portugueses puderam colonizar como aventureiros — só colheram os frutos da árvore encontrada. Vieram procurar prosperidade sem custo. Sem esse espírito de aventura, a colonização não teria ocorrido. Graças a ele, os obstáculos encontrados tornaram-se trampolins.

Os portugueses foram de uma capacidade de adaptação excepcional, S. B. de Holanda retoma a tese de Freyre. A exploração agrária colonial não foi planejada, foi feita ao sabor das conveniências. Os aventureiros portugueses não fundaram uma sociedade agrícola: depre-daram a terra. Fizeram uma exploração agrícola de baixa qualidade técnica, visando a extrair riquezas do solo sem sacrifícios e com poucos investimentos. Adaptaram-se à terra e não pretenderam submetê-la a normas fixas. Misturaram-se à terra, ao indígena, ao negro. Foi um domínio mole e brando. Os indivíduos agiam isoladamente. Quando se uniam, era por razões afetivas e religiosas, não por interesse racional. A sua fraqueza foi a sua força, eles venceram porque não tentaram impor seu modo de ser. Aliás, o seu modo de ser era a plasticidade. Os negros vieram acentuar essa tendência à não-cooperação e à não-imposição. Os negros são motivados também por afeições, são suaves, densos, açucarados, sensuais, sedutores, sentimentais, pouco violentos. São também anti-sociais. Os holandeses fracassaram na colonização dos

tropicos por não serem tão plásticos. Os europeus do norte são incompatíveis com os trópicos — são racistas, metódicos e trabalhadores. Eles não suportaram psicologicamente a tarefa da colonização.

Eis o que significa ainda ser neoportuguês: os brasileiros agem de forma mais aventureira do que como trabalhadores. A agricultura não é planejada, aparelhada, metódica e racional, é uma depredação da natureza, um esforço para colher sem plantar. Tudo se faz com desleixo e abandono, sem projeto e sem método. Os brasileiros não se associam por interesses racionais, mas pela festa, na bebida e na comida, na religiosidade. E os negrões só fizeram acentuar essa disposição portuguesa nos brasileiros, em vez de marcarem uma diferença que alterasse o perfil do brasileiro em relação ao do português. Essa plasticidade aventureira tem suas vantagens, mas certamente não conduz à construção de uma sociedade marcada pela organização, pela associação, pelo planejamento, pelo método. Essa plasticidade foi essencial aos portugueses para o seu sucesso colonizador. O sucesso dos brasileiros poderá ser feito com essa mesma plasticidade, com essa disposição de se abandonar ao que vier, de não se impor ao exterior, transformando-o, construindo-o? A forma portuguesa de “criar um mundo nos trópicos” é recomendável aos brasileiros que querem criar um “novo mundo nos trópicos”? Mais uma vez, S. B. de Holanda se opõe à continuidade do Brasil-português. Só está tratando desse passado para que os brasileiros compreendam como eles não deverão construir a sua nova sociedade.

Portanto, com aquelas disposições psicológicas mencionadas e com um espírito aventureiro, os portugueses desembarcaram na América. Colonizadores aventureiros, como esse povo europeu, meio africano, se estabeleceu em suas colônias? Aqui, no capítulo 3, intitulado “Herança rural”, S. B. de Holanda começa a distinguir os portugueses dos espanhóis. Se na península eles podiam ser descritos de forma comum, na América, em razão do que encontraram e das condições geográficas e climáticas de seus territórios coloniais, eles se distinguirão. Os portugueses estabeleceram uma colonização de raízes rurais. A vida colonial portuguesa se concentrará no campo. Só após 1888 as cidades predominarão. De 1850 a 1888, deu-se a passagem à urbanização, à cultura das cidades. O Brasil viveu uma febre de reformas nesse período. Após o fim do tráfico negreiro houve uma efervescência espe-

culativa. S. B. de Holanda salta para o século XIX, quando as cidades abriram um novo mundo, sem entretanto romper com a tradição. A mudança na vida brasileira ocorrerá após 1850; ali estão as raízes da revolução brasileira.

Mas S. B. de Holanda, no capítulo 3, estava falando ainda da tradição, aindaalaria do colonizador português instalado no campo... e saltou para o século XIX, tal o seu desejo de romper com a tradição. Para ele, enquanto perdurassem os padrões econômico-sociais-culturais coloniais, as transformações mais ousadas teriam de ser superficiais e artificiais. Na vida colonial, cada "casa grande" era uma república. Não havia vida comum, mas particular, no melhor estilo ibérico. No mundo rural brasileiro, onde o colonizador aventureiro português se instalou, vivia uma família dilatada com o poder do *pater familias* também dilatado. A família era fechada, imune às mudanças que vinham de fora. O pátrio poder era ilimitado e inabalável. Tirânico, sem freios. O quadro familiar era tão forte que perseguia os indivíduos fora de casa, na cidade. Nossa vida pública, social e política era marcada pela família rural colonial. Esta oferecia a idéia mais moral de poder, responsabilidade, obediência, coesão. Predominavam, então, em toda a sociedade sentimentos próprios da comunidade doméstica, particularista e antipolítica. Havia uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família.

Após 1850, com o crescimento das cidades, o fim do tráfico negreiro, as atividades financeiras, essa vida rural tradicional sofrerá a pressão da mudança. Os fazendeiros temerão o predomínio das cidades e das instituições de crédito. O Brasil se dividiu em dois mundos que se hostilizavam cada vez mais, duas mentalidades que se opunham, como ao racional, o tradicional, como ao abstrato e cosmopolita cidadão, o regional e paroquial. Mas o Brasil escravista estava despreparado para mudanças radicais. Os setores retrógrados resistiram e buscaram o equilíbrio com o novo emergente. S. B. de Holanda se impacienta! Ele gostaria de falar de mudanças profundas, porém o patriarcalismo e personalismo vigentes as abortavam. Os partidos políticos eram vistos como "famílias políticas", onde vínculos afetivos e pessoais uniam chefes e demais membros. Mesmo as novas cidades se contaminaram com a vida tradicional. Ali também o talento, a inteligência eram mais valorizados do que o trabalho técnico e manual. A inteli-

gência era sinônimo de discurso fácil, com palavras “difíceis” (raras), citações em latim, francês. A inteligência era ornamento, prenda, e não esforço de conhecimento e ação.

A burguesia urbana adotou atitudes peculiares do patriarca rural. As cidades ainda dependiam do campo, sofriam a sua ditadura. Na colônia, as poucas cidades eram administradas e dominadas pelos senhores de terras. No século XIX, as cidades ameaçaram romper com a ordem tradicional, mas sem muito sucesso: estão contaminadas pela mentalidade rural. O predomínio do ruralismo foi mais uma influência negativa da colonização portuguesa. Em todo lugar é o contrário que ocorre: o campo é que depende das cidades. Aqui, os portugueses criaram um mundo invertido, onde as cidades eram dominadas pelo campo. E não foi uma imposição do meio, que não agiu como força centrífuga. Foi a maneira e o estilo portugueses de colonizar — sem normas imperativas, cedendo às conveniências, sem planejar e construir. Além disso, eles não encontraram metais preciosos, cujo movimento os obrigasse a criar uma administração mais rígida e próxima.

Ser *neoportuguês* significa também isso: ser rural, ser familiar, desinteressar-se pela vida pública e viver na autarquia da “casa grande”, com uma identidade afetiva, privada, longe da cidade, isolado de todos. A justiça é familiar, o poder é o do Pai/Senhor, ilimitado. Os partidos políticos são cópias da vida familiar — um chefe e seus agregados e escravos, que devem ao primeiro incondicional lealdade. Essa sociedade familiar resiste à mudança que vem de fora, vive em um tempo com um ritmo eterno.

A colonização portuguesa não foi urbana porque edificar cidades é uma manifestação do espírito e da vontade, coisa que os portugueses não conheciam. Para os colonizadores, em geral, a constituição de cidades é um decisivo instrumento de dominação. O poder se organiza burocraticamente nas cidades. Quanto mais livres das cidades, mais autárquicos são os domínios rurais. Os espanhóis, que inicialmente também possuíam o espírito ibérico comum, tal como S. B. de Holanda o descreveu, agora possuem um espírito voluntarioso e racional e realizaram uma colonização urbana, diferentemente dos portugueses. A metrópole espanhola impôs-se à colônia com a criação de núcleos urbanos cuidadosamente planejados e construídos. O Estado interveio com mão forte — não se confundiu com a paisagem natural, como os

portugueses. As cidades espanholas têm traços retos, voluntariosos, e são instaladas no interior. Universidades foram fundadas. Aqui, os espanhóis reproduziram o seu método de ocupação das terras ibéricas reconquistadas aos infiéis. Nas cidades espanholas, exprime-se a idéia de que o homem pode intervir no curso das coisas, e de que a história pode ser dirigida e produzida. Os espanhóis queriam fazer do país ocupado uma extensão do seu.

Quanto às cidades portuguesas, confundiam-se com o relevo e a paisagem. O empreendimento português parece tímido e condenado ao fracasso, comparado com o espanhol. A colonização portuguesa é simples local de passagem — as cidades são litorâneas. Os portugueses evitam adentrar o sertão e até proibiam tal entrada. Primeiro, era preciso ocupar e defender o litoral. Os bandeirantes desafiaram tal orientação e representaram uma primeira expressão de autonomia. Só depois do descobrimento das minas é que Portugal decidiu intervir em sua colônia, de forma repressiva, policial, menos para estabelecer algo duradouro do que para extrair o máximo de riqueza. Os espanhóis vinham para ficar; os portugueses, para enriquecer e voltar. Os espanhóis são mais repressores; os portugueses, mais liberais. Os portugueses são frouxos, indisciplinados. As casas de suas cidades são dispostas segundo o capricho dos seus moradores. Tudo é irregular. Não há uma vontade criadora, construtora. A colonização portuguesa foi orientada pela rotina, com desleixo, com abandono — “deixe estar”, “não vale a pena”! Não transformaram a realidade. Aceitavam a vida tal como ela vinha, sem impaciências e ilusões. A expansão portuguesa foi comedida, prudente: uma navegação de cabotagem na costa da África. A expansão espanhola foi ousada — a ação de Colombo foi de um atrevimento inigualável. A ordem do português é a do “semeador”: sem trabalho, sem plano, sem método. Eles não querem dominar o curso dos eventos, modificar a ordem natural. A ordem do espanhol é a do “ladrilhador”: o oposto.

S. B. de Holanda surpreende nessa altura da sua argumentação. Ele falara, no início, de uma identidade ibérica, uniforme e homogênea. Agora, comparando as colonizações portuguesa e espanhola, ele distingue o que antes apresentara unido. Entretanto, por outro lado, não haveria razão para surpresa, pois o seu método é o de identificar as diferenças, as singularidades. Primeiro, ele diferenciou a península

Ibérica no contexto europeu; agora, ele a diferencia internamente, comparando as culturas portuguesa e espanhola. A "expressão" que cada uma deu à sua colonização revelou muito do seu caráter particular. O tipo de colonização que empreenderam serviu para a melhor diferenciação e definição dos espíritos português e espanhol. Segundo ele, o caráter espanhol é dominado por uma fúria centralizadora, codificadora, regulamentar. Por que a diferença do espírito ibérico ficou mais visível na América? Embora apenas de forma alusiva, S. B. de Holanda sugere algumas razões. Diferentemente de Portugal, a unidade espanhola foi tardia e difícil, e ainda hoje não se completou. A Espanha é ainda um país desunido e sob constante ameaça de desagregação. Expandindo-se, os espanhóis querem tudo controlar e regular. Essa talvez seja uma das razões da fragmentação da identidade ibérica nas colônias americanas. Outra razão seria o clima: escaparam do clima tropical, nos Andes, e quiseram construir aqui uma extensão da metrópole. Há outras razões também fundamentais para essa fragmentação do espírito ibérico colonial: os espanhóis encontraram imediatamente muita prata e as cidades foram construídas para o controle mais rigoroso da sua extração, circulação e tributação; os espanhóis encontraram sociedades mais bem estruturadas, o que exigiu maior controle; o catolicismo espanhol era inquisitorial e intolerante, levando a uma ética mais rígida e a uma cultura menos plástica. S. B. de Holanda realiza uma análise comparativa das colonizações espanhola e portuguesa, que revela uma descontinuidade da alma ibérica (Peixoto, 1992:54-73).

Quanto aos portugueses, a sua unidade política foi precoce, eles conseguiram uma certa homogeneidade étnica com a expulsão dos mouros. O realismo e o naturalismo de Portugal vêm dessa unificação concreta e precoce. Ela explica também o seu natural conservadorismo, o desleixo, o deixe estar. Eles não arquitetam o futuro, não sujeitam a história a leis rígidas, pois já domesticaram a sua história. Os portugueses, S. B. de Holanda afirma em *Visão do paraíso*, não descrevem a sua descoberta em um tom maravilhoso e misterioso. Pareciam indiferentes ao exótico, ao espetacular. Sua esperança de grandes riquezas é mais comedida, com uma noção mais nítida das limitações terrestres e humanas. Os portugueses preferem mais as tradições e o crível do que a imaginação. Aderem ao real e ao imediato, são observadores minuciosos, pragmáticos, realistas, desencantados, por isso menos audacio-

sos. Aceitam o mundo tal como os sentidos o apresentam. Os outros povos colonizadores são mais fantasiosos. Colombo era um sonhador. O espanhol criou muitos mitos sobre o novo mundo: uma geografia fantástica, que incluía o Paraíso Terreal, com vegetação sempre verde, primavera constante, aves coloridas e variadas, povoado por gente simples, inocente e boa. As visões do paraíso dos espanhóis eram delirantes, fabulosas.

Nosso mundo *neoportuguês*, rural, também é pouco voluntarioso, determinado, audacioso. As elites brasileiras tratam o Brasil como os conquistadores portugueses: conquistam a sua população e depredam a natureza. Até parece que não vivem aqui, que estão de passagem, que querem ir para outro lugar e que acreditam que irão, depois de ficarem ricos aqui. Não há planejamento da ação, não há uma elaboração antecipada do futuro que se quer construir. Tem-se uma sociedade que se ergue naturalmente, sem vigas e esteios, sem regras gerais, com desleixo e deixe estar. Na história não se intervém. Ela não pode ser transformada, produzida. As coisas são como são, e não vale a pena impor-lhes uma vontade transformadora. Se no início S. B. de Holanda trouxe com um certo desprezo o espírito ibérico em geral, agora o desprezo é concentrado no caráter português, na sua estratégia de colonização. Os espanhóis, S. B. de Holanda os olha agora com admiração — são audaciosos e racionais, construtores de um mundo centrado em cidades, com universidades, controlado do interior e não do litoral.

A cada passo do seu pensamento sobre o passado brasileiro, uma idéia se impõe progressivamente: o mundo que o português criou não pode mais influenciar o presente e o futuro do Brasil. Os brasileiros precisam esquecer as suas raízes ibéricas e o melhor modo de esquecê-las é conhecê-las em toda a sua precariedade como projeto social. Os que imaginam que uma volta à tradição ibérica seja a única defesa possível contra a nossa desordem erram redondamente. Nossa anarquia vem de lá, nossa desordem é tradicional. Será legítimo retornar ao passado para melhor organizar a sociedade brasileira? Não nos interessa mais ser organizados por caudilhos e ditadores. O modelo do poder patriarcal, no qual predomina a autoridade indisputada dos senhores/pais sobre uma sociabilidade familiar/afetiva, não devemos ter saudade dele. A família rural colonial não deve continuar sendo nosso modelo moral de poder. Precisamos romper com nossas raízes ibéricas. Aqui,

aparece claramente a diferença de S. B. de Holanda com relação a Varnhagen e G. Freyre e a sua aproximação de Capistrano de Abreu. Freyre tem nostalgia da família rural, do Estado patrimonial, do mundo português.

A vida política do Brasil independente foi dominada pelo mundo familiar rural. Entretanto — e aqui aparecem as suas leituras de Weber sobre o Estado, a administração pública, os tipos de dominação, o conceito de patrimonialismo e de racionalidade, a fragmentação da sociedade em esferas diferenciadas e tensas, cada uma com a sua lógica específica —, a lógica da esfera familiar não é a mesma da esfera política. O Estado não é um prolongamento da família, mas descontinuidade e até oposição. São esferas sociais essencialmente diferentes. No Estado mora o cidadão, indivíduo público, com deveres e direitos, submetido a leis abstratas, impessoais, racionais, gerais. Na família mora o indivíduo privado, corpóreo, afetivo, concreto, pessoal. O estado é a vitória do universal e abstrato sobre o particular e concreto. A ordem familiar é abolida em uma transcendência. Mas no Brasil neoportuguês não é assim. A família é mais forte do que o Estado e o controla. A família forte é um obstáculo à constituição do Estado moderno. Aqui, não há separação entre a esfera pública e a privada. No Estado patrimonial neoportuguês a gestão pública é assunto de interesse privado das famílias. Os funcionários desse Estado exercem as suas funções pessoalmente: perseguem, promovem, premiam, bloqueiam. O recrutamento dos servidores depende da confiança pessoal ou sabe-se lá de que outro elemento afetivo, e não da competência e eficiência.

Falta ao Estado brasileiro *neoportuguês* a organização impessoal e burocrática. A burocracia estatal não é organizada racionalmente, para se obter maior agilidade e eficiência, mas com uma lógica familiar, para acolher e proteger familiares, amigos e clientes. Ao invés de servir à agilidade e à eficiência, a burocracia, por seu gigantismo e despreparo técnico, serve à lentidão, à inoperatividade administrativa. A administração pública não se interessa por questões objetivas, pois está dominada por questões privadas, afetivas, pessoais. A vida familiar é um empecilho à vida social fundada em princípios abstratos. A educação familiar cria inadaptados em uma sociedade moderna. Os filhos são mais aptos para ela quanto mais distantes da família, quanto mais desprotegidos por ela. Portanto, incapazes de distinguir o público do

privado, os brasileiros *neoportugueses* transformam o Estado e os partidos políticos em assuntos de chefes familiares.

No mundo social, nas relações exteriores à família, circula um homem cordial: hospitaleiro ou agressivo, amigável ou hostil, generoso ou mesquinho, amigo eterno ou inimigo terrível, dependendo de pequenos detalhes da relação pessoal. Esse tipo cordial, bem adaptado ao brasileiro *neoportuguês*, trata desconhecidos como se fossem irmãos, primos, agregados e até escravos... Seu comportamento social, objetivo, é afetivamente transbordante, subjetivo. A ele opõe-se o tipo cortês, ao qual os japoneses se adaptam melhor: ritualístico, polido, reverente, distante. O brasileiro é um antijaponês. O homem cordial quer ser íntimo, quer ser amigo, não quer ficar sozinho. Tem horror às distâncias e, se elas existem concretamente, ele simplesmente as abole. Por exemplo: na expressão religiosa, torna-se íntimo de Cristo e dos santos; na relação com os superiores, torna-se logo discípulo, seguidor, fiel... Ele reivindica um superior "bacana", "gente fina e boa", simples e humilde, isto é, próximo e pessoal. Esse homem cordial está longe de aceitar uma ordem coletiva impessoal, legal. Ele é individualista, indisciplinado. Quando é intelectual, nutre-se de idéias contraditórias, acredita em todas e defende todas. Ele prefere as teorias mais sistemáticas, dogmáticas, que oferecem um ilusório repouso espiritual. A personalidade cordial está pronta para obedecer cegamente ao líder carismático, à idéia sistemática. Não importa se fala da realidade! Aliás, é até melhor que não fale! Ele está pronto a assimilar qualquer idéia, desde que exposta em uma relação cordial, isto é, de coração a coração, afetiva ou agressivamente.

Leite contesta S. B. de Holanda quanto à tese da cordialidade brasileira, afirmando que esta talvez possa existir entre os membros das elites como uma expressão de igualdade entre eles. Entre diferentes, senhores e escravos, brancos e negros, haveria paternalismo e não cordialidade (Leite, 1983). Entretanto, S. B. de Holanda poderia argumentar que o paternalismo seria a expressão da cordialidade entre diferentes. A diferença é então vivida afetivamente: senhores e escravos, brancos e negros, apesar da enorme distância social entre eles, se relacionam cordialmente — amam-se e odiam-se. A cordialidade não se restringiria, portanto, às relações pessoais no interior das elites, mas seria uma característica da sociedade brasileira em geral. A cordialidade

não se confundiria também com bondade, generosidade, afabilidade, como a entendeu Cassiano Ricardo. Ser "cordial", segundo S. B. de Holanda, é agir e reagir em sociedade segundo os ritmos do coração, da afetividade, sem se deixar dominar por regras sociais, impolidamente.

Para sustentar esta tese, além de se referir à alma ibérica, S. B. de Holanda enfatiza o peso das relações familiares no Brasil colonial, do isolamento rural, da ausência de espaço público, cosmopolita, como nas cidades. A vida social colonial esteve reduzida à vida familiar, que é regida pelo coração. Essa condição cordial não seria um modo eterno e a-histórico do ser brasileiro. Pelo contrário, ela seria definida pelas condições históricas da vida brasileira rural e colonial, que estariam sendo gradualmente superadas.

### O Sentido e os Ritmos da Revolução Brasileira

Até aqui, e estamos no quinto capítulo, intitulado "O homem cordial", S. B. de Holanda descreveu as origens brasileiras, o Brasil português. A partir de agora, ele se dedicará à descontinuidade, à ruptura com esse mundo tradicional. Ele falará dos novos tempos do Brasil e da nossa revolução. Esse tempo novo, revolucionário, ele constata que o Brasil já o vive. S. B. de Holanda não está propondo uma revolução a ser feita no futuro. É claro que ele espera uma aceleração do processo que já ocorre. De qualquer maneira, não está falando da revolução brasileira completamente incrustado no mundo tradicional, cercado pela tradição portuguesa. Ele se refere a ela de dentro dela, em plena transição revolucionária. Está cercado pelo passado/velho e pelo futuro/novo. Ao escrever *Ratzes do Brasil*, S. B. de Holanda pretendeu oferecer aos brasileiros a consciência da revolução que o Brasil vivia, revelando-lhes de que mundo eles vinham e a que mundo tendiam, esperando com isso levá-los à ação, à produção mais vertiginosa da mudança.

Segundo ele, o Brasil vive uma lenta revolução: transita de uma sociedade rural, regida por privilégios, familiar, natural, para uma sociedade urbana, mais abstrata e regrada, artificial. Aparece gradualmente a possibilidade de rompimento com o estatuto colonial e seu modelo agroexportador e a realização do desenvolvimento independente apoiado na cidade e na indústria, que incorporaria novos contingentes da po-

pulação à cidadania. Essa transição leva o homem cordial a uma crise — ele a teme e evade-se. A nossa revolução liquida o passado, adota o ritmo urbano e propicia a emergência de camadas oprimidas da população, únicas capazes de revitalizar a sociedade e dar-lhe um novo sentido político. Ela significará a ruptura com as oligarquias rurais e o advento de novos sujeitos urbanos. Esse processo revolucionário é lento e longo: começou há muito e está longe de terminar. Suas principais datas: 1808, 1822, 1850, 1870, 1888, 1889, 1930... A continuidade dos padrões coloniais viu-se ameaçada pela primeira vez quando da vinda da família real. Alguns centros urbanos cresceram, mas sem ameaçar ainda o poder dos senhores rurais. Neles abria-se um novo horizonte para o Brasil.

As mudanças começaram, então. Acabaram-se o ufanismo, os elogios e relogios ao Brasil *neoportuguês*. A realidade começou a ser a “dura e triste realidade”, que precisava ser alterada e não enaltecida. A abolição do tráfico, a imigração, o fim da Guerra do Paraguai, a abolição da escravidão e a República acentuarão essa revolução lenta, sem episódios notáveis. O centro da mudança são as cidades. O sentido dessa revolução: do aniquilamento das raízes ibéricas de nossa cultura, da recusa da herança portuguesa, para a inauguração de um estilo novo de vida social, talvez, “americano” — S. B. de Holanda estaria propondo os Estados Unidos como modelo da sociedade urbana a ser construída no Brasil? Ou se refere a um estilo de vida especificamente brasileiro, americano, sem contaminações ibéricas? O sentido preciso dessa passagem da obra nos escapa. O que fica claro é que americano quer dizer sociedade urbana, antiibérica e não rural. Ou sociedade capitalista, urbana, do tipo norte-americana. Iberismo e agrarismo se confundem. Quando o mundo rural começou a desagregar-se, decaiu a influência portuguesa. Americanismo e urbanismo se confundem. Quando o mundo das cidades começou a ascender, ascendeu a influência americana. Nesse mundo americano-urbano-capitalista atuam personagens racionais, modernos, produtivos, cosmopolitas, extrafamiliares. É um mundo de direitos e não de privilégios, de regras universais e não de exceções afetivas. Na transição brasileira, o palco da história é invertido: no passado, as cidades se subordinavam ao campo; no presente-futuro, o campo será mero abastecedor das cidades.

Entre 1850 e 1888, esse processo se acentuou em São Paulo com o surgimento de um novo cafeicultor: morador da cidade, consideran-

do a sua fazenda uma empresa agrícola, seu meio de vida, e não uma forma de vida, uma baronia. O surgimento desse novo sujeito com seu empreendimento agrícola industrial, que começou a substituir a mão-de-obra escrava pelo imigrante livre, acelerou um pouco a mudança. Durante a República, a urbanização progressiva, contínua, avassaladora fortaleceu novos sujeitos sociais e silenciou os homens do Império. Mas o Estado republicano ainda tem mais ou menos a mesma estrutura do imperial, apesar de já não possuir a mesma base social. O Estado brasileiro é uma estrutura distante da sociedade, e nele as mudanças sociais repercutem com algum atraso. Além disso, ele reprime toda expressão espontânea. A vida política se separa da vida social, ou melhor, impõe-se sem admitir contestação à vida social. A lei é uma abstração — belos princípios importados que cabem mal na realidade brasileira. A vida política oscila entre um liberalismo autoritário e o caudilhismo — S. B. de Holanda quer acelerar a revolução brasileira e se impaciente com essa distância entre Estado e sociedade e com as opções limitadas de mudança.

Para ele, não haveria revolução social plena no Brasil enquanto não se liquidassem os fundamentos personalistas e aristocráticos, ibéricos e rurais, em que se assenta a nossa vida social. O processo revolucionário consiste na lenta dissolução das sobrevivências arcaicas da velha ordem colonial e patriarcal. O Brasil vive entre dois mundos: um que ainda não morreu e outro que luta para vir à luz. Aqui, S. B. de Holanda se define politicamente com nitidez: ao invés de lutarmos por um personalismo contra outro, propõe ele, lutemos por princípios liberais e democráticos. O Brasil precisa de uma boa revolução vertical, que traga à tona elementos mais vigorosos, substituindo os velhos e incapazes. De que maneira? A revolução, que deve ser vertical, no entanto, deve incluir alguns indivíduos das classes superiores, que ainda têm homens de bem, apesar das suas faltas e defeitos. A sociedade foi malformada nesta terra, desde as suas raízes. As classes cultas estão isoladas do resto da nação não por culpa sua, mas por desventura sua (p. 135). Os operários são sujos e ignorantes, mas são fisicamente superiores às elites e poderiam sê-lo mentalmente também se tivessem acesso aos meios.

Os portadores do passado ibérico certamente reagirão a esta revolução vertical que os expurga. Ela é necessária, no entanto, pois com a cordialidade não se funda um mundo democrático. Entretanto, um

mundo democrático não exclui totalmente valores cordiais. No Brasil, são inconsistentes os preconceitos de raça e cor, recusamos toda hierarquia muito rígida, somos cada vez mais urbanos e rejeitamos a violência. Estes valores cordiais são também democráticos. Poderia haver uma articulação entre os sentimentos do homem cordial e as idéias da democracia liberal. Não podemos trocar simplesmente o nosso ser cordial por esquematismos rígidos e impessoais. Não podemos ignorar o nosso ritmo espontâneo próprio. O que não podemos fazer é nos abandonar a ele. O espírito só é força normativa quando serve à vida social e lhe é adequado. A organização da sociedade deve ser um contorno feito à sua feição. Não se fará uma sociedade democrática com uma engenharia social, de fora para dentro, reprimindo a nossa espontaneidade cordial (A. Filho, 1987). Nossa realidade contraditória precisa ser incluída de alguma forma na construção de nossa sociedade democrática.

S. B. de Holanda parece se definir, nos anos 1930, como um democrata liberal — ele defende a “felicidade para o maior número” e até cita o utilitarista Bentham (p. 139). Para ele, nosso mundo cordial, que prefere, exclui, cria exceções, fere o princípio jurídico da neutralidade democrática. O ideal humanitário é impessoal: amor para o maior número. Ele se revela, portanto, liberal-democrata, inspirando-se nas burguesias revolucionárias francesa e americana. Acredita nos valores da cidadania e do individualismo norte-americano-capitalista, quer para o Brasil uma constituição que dê estabilidade às relações sociais, que as discipline e organize de forma universal, abstrata, racional, neutra, impessoal.

Entretanto, teses como felicidade para o maior número, amor para o maior número, direitos civis para o maior número, estrutura social que integra e não exclui, mundo social submetido a regras impessoais e universais são também teses socialistas, de um socialismo democrático, pioneiro em um mundo dominado pelo modelo soviético superautoritário. Em suas intervenções políticas concretas, em suas raras intervenções na vida pública — não gostava de interferir de um modo geral —, ele assumiu posições socialistas: candidato a vereador pelo Partido Socialista, simpatizante do Partido dos Trabalhadores. Esta sua vontade de não interferir pode parecer escapismo, omissão em relações às lutas públicas, expressão de um certo conservadorismo. Por um lado, deve ser isso mesmo: ele talvez tivesse um temperamento mais re-

colhido e frágil, contemplativo; por outro, revela um espírito basicamente não-autoritário. A história pode ser produzida, mas deve ser sobretudo acompanhada. É preciso dar tempo, esperar que os processos efetivos encontrem suas próprias soluções e não precipitar-se, isto é, impor autoritariamente soluções. Um socialismo democrático possui seus princípios, seus sentimentos, suas aspirações, mas possui também um certo respeito pelos processos efetivos, pelos fatos, pelas soluções encontradas pelos próprios sujeitos do processo histórico. A intervenção na história se faz sob a forma do diálogo — há uma escuta atenta, um acompanhamento respeitoso dos homens que buscam soluções concretas para os seus conflitos, a apresentação de sugestões, de interlocução, de orientações, que podem ou não ser absorvidas pelo processo efetivo.

Esta sua característica revela ainda a sua formação weberiana: ele distingue a atividade do cientista das paixões do cidadão e não permite que estas se imponham ao pensamento, levando-o à precipitação, ao esquematismo autoritário, a juízos de valor, quando se trata de conhecer a realidade que se apresenta. Ela revelaria também, ironicamente, e certamente contra a sua vontade, aquilo que ele mais critica, contesta e quer superar: a raiz ibérica do “deixe estar”, “não vale a pena”, a “história, não se faz”!... E deve ser por todas estas razões e outras ainda, considerando-se que um indivíduo são vários. Escolher uma delas seria simplificá-lo, reduzi-lo a um aspecto exclusivo da sua complexa e sofisticada personalidade.

O aspecto que nos interessa, aqui, no entanto, é o do “redescobridor do Brasil”, o S. B. de Holanda que reinterpreta o passado e vislumbra um novo futuro para o Brasil. Para ele, uma intervenção democrática na história pressupõe o respeito pelos seus ritmos específicos, exige uma reflexão sobre o tempo que a constitui e a cadencia. S. B. de Holanda tem uma concepção historicista do tempo histórico. Seu tema é a singularidade brasileira, que ele considera ainda desconhecida nos anos 1930, pois pensada até então com idéias importadas e inadequadas. Os brasileiros vivem no Brasil mas não se localizam bem, pois, quando pensam, reproduzem abstrações, repetem idéias adequadas a outro lugar e não as usam para se conhecer. A idéia tem de ser a expressão de um lugar histórico, de um mundo social singular vivendo as suas continuidades e mudanças. Ele procurará adequar seu pensamento ao tempo histórico brasileiro. Sua reflexão pretende se referir

ao Brasil, ao seu passado e futuro, à sua realidade vivida, às suas mudanças e perspectivas. Em *Raízes do Brasil*, seu tema é o futuro democrático do Brasil, que será uma novidade, uma mudança substancial em relação ao seu passado. No tempo brasileiro ele enfatiza a mudança e não a continuidade. A sociedade não está dominada pelo passado, pela tradição, não está submetida a determinismos de nenhuma espécie e não está, portanto, condenada a repeti-lo, a continuá-lo.

Mas o passado não se abole com um golpe de ficção. Não se muda só porque se quer mudar. A mudança é um esforço, um trabalho penoso, uma construção difícil, tensa. A tradição resiste ao novo — há uma luta de vida ou morte entre os homens do passado e os homens do futuro. A configuração destas lutas sociais é singular, cada sociedade articula velho/novo de uma maneira particular. Cada sociedade possui seu próprio ritmo de mudança, e é tarefa do historiador compreender estes mundos vividos concretos, específicos, únicos. Só a história permite compreender singularidades.

O ritmo da mudança brasileira é lento, secular — desde as rebeliões do final do século XVIII, desde 1808-22 até hoje, e ainda não se completou. Sem eventos espetaculares, isto é, sem acelerações bruscas. S. B. de Holanda ora se impacienta ora aceita esse ritmo; ora se exalta com as forças retrógradas, ora se inclina à lógica do tempo brasileiro. Embora fale de revolução brasileira, seu estilo é ameno, brando. Não se percebe ódio contra a classe dominante, que, apesar de seus defeitos e erros, “ainda possui homens de bem” (p. 135). As elites estão isoladas da população não por inteira culpa sua, mas por “desventura sua” (p. 135). A sociedade brasileira formou-se mal, pois a colonização portuguesa foi desastrosa. Ele só é mais severo em relação aos colonizadores portugueses e ao mundo familiar luso-brasileiro colonial. Porém sem ódios e ressentimentos, a revolução não deverá ser feita contra as classes superiores, mas deverá incluí-las. Seu estilo não é conciliador, entretanto, pois ele quer de fato a mudança. Contudo, se possível sem violência, sem crimes políticos, sem cair no irracionalismo. As soluções que entrevê são racionais — sua intenção é aproximar mais a população das elites, as idéias do lugar brasileiro, o Estado da sociedade civil. Esta aproximação, que igualaria mais, que tornaria a sociedade brasileira mais homogênea, mais justa, mais integrada, será a grande mudança revolucionária.

Poderá ela ser feita racionalmente, pelo diálogo, em plena ordem democrática, sem violência? Aqui aparece uma certa fluidez em sua reflexão sobre o Brasil. Quem seria o sujeito desta mudança? As cidades, o homem urbano, a mentalidade urbana são idéias muito vagas. A urbanização em si, as atividades desenvolvidas na cidade, o padrão urbano de vida, em geral, os tipos humanos da cidade imporiam a mudança apenas com o seu desenvolvimento e predomínio? Para Ianni, S. B. de Holanda pensa a história do Brasil na perspectiva do Rio de Janeiro, da capital do país, do Estado nacional, do todo visto a partir do centro político e cultural (Ianni, 1989 e 1994). Na nossa perspectiva, S. B. de Holanda parece falar do Brasil do ponto de vista do homem médio urbano, comerciante, funcionário público, profissional liberal, empresários, operários, enfim, do homem livre da dominação do senhor rural. Este homem não precisa do senhor rural para viver, ele encontrou outras atividades e relações nas cidades. Seu objetivo é libertar todos os brasileiros daquela dominação rural. Mas, quanto à estratégia, aos meios, ao "quem fará isso?" concretamente, S. B. de Holanda não oferece precisões. Apenas constata que há uma revolução ocorrendo no Brasil, e que seu palco são as cidades.

*Raízes do Brasil* é otimista, renova a esperança no Brasil. A libertação da dominação tradicional, a reaproximação do Estado da sociedade, a criação de novas formas de convívio, com novos valores, que é possível, realizável e não uma utopia inalcançável, abrem o horizonte do Brasil à democracia. Para ele, o historiador deve ter a sensibilidade das inquietações presentes, buscar conhecer as suas raízes, para libertar o presente do passado que o inquieta e bloqueia. O historiador oferecerá o conhecimento dos obstáculos que impedem a renovação. Para isso, ele deverá descer ao real, ao vivido, à sua historicidade singular, às suas mudanças singulares, para compreendê-las em uma relação de conhecimento estreita, íntima. A história não é permanente, pois não submetida a leis. Ela é um conjunto de durações diferenciadas: o historiador realiza a descrição da mudança das sociedades humanas, pronuncia o humano no tempo, o que foi e não é mais. A identidade histórica não é constituída pelo congelamento do passado, por uma homogeneidade artificial. A identidade histórica é constituída em cada presente, em uma relação de recepção e recusa do passado e de abertura e fechamento ao futuro.

Se se olha o Brasil com este olhar, as cores voltam ao seu rosto, o seu horizonte se colore em múltiplas tonalidades. A realidade brasileira foi e é horrorosa, mas o Brasil não está condenado a ser sempre como foi. Aliás, ele constata, a mudança já está ocorrendo e há muito. Se for mais bem conhecida, poderá ser mais bem produzida e acelerada. Capistrano tinha razão quando via esta mudança se realizando já a partir do século XVII, mas não tinha razão de terminar o século XVIII pessimista quanto às suas possibilidades. Digamos que Capistrano tematizou a mudança no período colonial, do XVI ao XVIII; S. B. de Holanda retomou o mesmo tema a partir de 1808 e o trouxe até os anos 1930. Se em Capistrano o espírito brasileiro, portador da mudança, se exprimiu no sertão, contra o litoral português, em S. B. de Holanda este espírito vai ser continuado nas cidades, contra o mundo rural português e também contra o sertão de Capistrano, ainda muito ibérico, familiar e católico. A mudança em S. B. de Holanda se radicaliza e se amplia, o horizonte brasileiro se abre, e o seu espírito se enche de otimismo.

*Raízes do Brasil* é um clássico que repercutiu pouco, afirma Carlos Guilherme Mota. Talvez pelo seu estilo mais erudito e refinado, que fala da revolução brasileira sem esquematismos, palavras de ordem e ressentimento. Talvez também por não identificar com mais precisão o sujeito desta revolução e não estimular nenhum setor da sociedade em particular para a sua realização. Talvez também por sua tendência a não interferir de forma mais peremptória na realidade social. Talvez ainda por ser mais uma interpretação do Brasil do que uma proposta de transformação do Brasil, "quando cumpre transformá-lo". Talvez, finalmente, por escrever sobre o Brasil para as suas elites iletradas e "exiladas em sua própria terra", que desprezam e não lêem livros escritos em língua portuguesa nem os autores brasileiros, e para uma população dominada pelo analfabetismo e pela herança do "deixe estar" portuguesa. *Raízes do Brasil*, talvez, e ainda, tenha repercutido pouco por suas virtudes — um texto sofisticado, erudito, pouco acessível, embora pareça fácil. Apesar de suas virtudes, o livro manteve a distância, que criticava, entre a idéia e o seu lugar, embora apresentasse uma das idéias do Brasil mais adequadas à sua realidade. F. H. Cardoso o considera uma miniatura de pintor, que revela mais pelas minúcias do que

pela obra como um todo. É um livro moderno, democrático, otimista, crítico e sensível (Cardoso, 1993).

S. B. de Holanda não tem razão quando afirma que considerava o seu próprio livro “superado e plenamente datado”, ensaístico, meramente interpretativo e não uma pesquisa rigorosa e exaustiva. (*Semana...*, 1992:21) Primeiro porque, superados e datados são todos os clássicos da historiografia brasileira e nem por isso deixam de ser “clássicos”. Dados, são superados-conservados, dialeticamente, perduram, atravessam as épocas; segundo, porque ensaios e interpretações históricas são importantíssimos para a pesquisa rigorosa e exaustiva posterior: são seminais, oferecem idéias e sugestões de pesquisa monográfica, oferecem uma síntese, uma visão global que têm valor inestimável, mesmo que instáveis, lacônicas e precárias. Aliás, uma síntese não é feita para fechar ou encerrar um debate — ela o abre e orienta, ela é uma referência, um interlocutor, um quadro teórico. *Raízes do Brasil* abriu e orientou um debate fecundo sobre o passado e o futuro do Brasil; tornou-se uma referência, uma interlocução, um quadro teórico indispensável.